

Relatório Anual Ciclo 2025

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | SIMAPP

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Ricardo de Rezende Ferraço

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER

Marcelo Calmon Dias

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – ESESP

Carolina Freire Pitol

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES

Rodrigo Varejão Andreão

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor-Geral

Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Diretoria de Gestão Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Executiva do SiMAPP

Katia Cesconeto de Paula

ELABORAÇÃO

Katia Cesconeto de Paula

Pablo Lira

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Amanda Lovatti Coelho Koffer

Pablo Medeiros Jabor

Letícia Maria Gonçalves Furtado

Mariana Paim Rodrigues

Nilton Possati de Jesus

Kiara de Deus Demura

Sérgio Krakowiak

Tayne Eduarda Miranda de Oliveira

EDITORAÇÃO

Assessoria de Relacionamento Institucional – ARIN

Elderson Amancio

Revisão

Michele Sampaio da Silva

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Pública Estadual, ES, Brasil)

S623

Sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas (SIMAPP): revisão anual ciclo 2025 (livro eletrônico)/ Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória, ES: IJSN, 2026.

1932kb

Bibliografia

1. Gestão pública - Espírito Santo (Estado). 2. Políticas públicas - Espírito Santo (Estado).
3. Governança - Espírito Santo (Estado). 4. Políticas públicas - Avaliação. I. Título.

CDD: 353

CDU: 353.2

Elaborado pelo Bibliotecário Gabriel de Menezes Oliveira - CRB6 4044/MG



SUMÁRIO

06

Apresentação

09

O SiMAPP

10

Operacionalização

26

Participação em
Eventos

33

Análise Executiva do
Programa Capixaba de
Mudanças Climáticas

43

Análise Executiva
do Programa
Qualificar ES

11

Metodologias de M&A

12

Plano Estadual de
Monitoramento e
Avaliação 2025

15

Ações Estratégicas
no Ciclo 2025

49

Análise dos Serviços Públicos
de Limpeza Urbana e Manejo de
Resíduos Sólidos no Espírito Santo

55

Avaliação do Programa
Escola em Tempo Integral

61

Impacto do Programa Estado
Presente na Taxa de Homicídios
no Espírito Santo: Uma Avaliação
Quantitativa e Qualitativa

16

Aprimoramento

19

Intercâmbio e cooperação
institucional

22

Incidência

67

Monitoramento de Políticas
Públicas Esportivas e
Planejamento Estratégico no
Contexto da Lei Geral do Esporte

73

Considerações Finais

74

Referências

Apresentação



A tomada de decisão no setor público exige, cada vez mais, precisão, responsabilidade e capacidade de resposta diante de desafios complexos e dinâmicos. Nesse cenário, o uso de dados e evidências confiáveis e verificáveis deixa de ser um diferencial e passa a constituir um elemento indispensável para orientar escolhas mais qualificadas, reduzir incertezas e ampliar a efetividade das políticas públicas.

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) atua, nesse contexto, como um agente estratégico na produção e tradução de conhecimento aplicado, contribuindo para que informações consistentes sejam incorporadas aos processos decisórios do Estado. Ao transformar dados em análises e evidências em insumos para a ação governamental, o IJSN fortalece a capacidade de planejar, priorizar e ajustar políticas públicas de forma contínua, com maior racionalidade e foco em resultados.

Os resultados apresentados neste relatório evidenciam avanços importantes nesse percurso. As análises produzidas dialogam com diferentes áreas da gestão pública e contribuem para ampliar a compreensão sobre seus desafios, limites e oportunidades. Mais do que gerar conhecimento, trata-se de assegurar que esse conteúdo seja útil, acessível e aplicável, permitindo que gestores públicos tomem decisões mais informadas e alinhadas às demandas da sociedade.

Essa perspectiva reforça a importância de consolidar uma cultura institucional orientada por evidências, na qual o uso qualificado da informação contribui para aprimorar a governança, fortalecer a transparência e promover maior eficiência na alocação de recursos públicos. Trata-se de um movimento contínuo, que exige não apenas capacidade técnica, mas também compromisso com a aprendizagem e com o aperfeiçoamento permanente da ação estatal.

Planejar com base em evidências é o que permite não apenas compreender a realidade, mas transformá-la de maneira consistente, com foco em impacto e geração de valor público, em benefício da população capixaba.

Pablo Lira | Diretor-Geral do Instituto Jones dos Santos Neves



Essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos capixabas, há 50 anos o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) se dedica à produção de conhecimento científico de alta relevância. A materialização deste compromisso se dá, de forma proeminente, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP). Com uma longa e consolidada trajetória de excelência técnica, o IJSN atua como o centro de inteligência que garante o rigor metodológico e a base de evidências para o SiMAPP, cuja credibilidade é reconhecida por notáveis instituições e redes de pesquisa em âmbito nacional e internacional.

Neste contexto, o presente relatório se estabelece como um instrumento de governança e transparência, essencial para a ampla divulgação dos resultados obtidos no âmbito do SiMAPP. Pioneiro no Brasil ao ser instituído por lei em 2017, o SiMAPP representa uma ferramenta estratégica no planejamento estadual. Sua função primordial é fornecer evidências para fundamentar decisões governamentais, assegurando ações pautadas em informações confiáveis e verificáveis.

O ciclo de pesquisa de 2025, que constitui o cerne desta publicação, demonstra a amplitude e a profundidade da atuação do Sistema. Ele compreende um conjunto de seis avaliações de caráter estratégico, alinhadas diretamente com o Plano Plurianual (PPA) do Poder Executivo do Espírito Santo. A diversidade metodológica empregada para a avaliação das políticas públicas assegura a profundidade analítica e a confiabilidade dos resultados apresentados.

As ações do SiMAPP transcendem a entrega de relatórios finais de pesquisas, configurando-se como um processo contínuo de fortalecimento da gestão pública. Sua atuação promove o diálogo interinstitucional e a sinergia entre os órgãos estaduais, reforça a prestação de contas à sociedade por meio da transparência das metodologias e conceitos, e consolida, de forma perene, a cultura de Monitoramento e Avaliação (M&A) na administração pública capixaba, servindo de referência para outras esferas de governo dentro e fora do Espírito Santo.

Dessa forma, a disponibilização deste relatório é um ato de transparência ativa, garantindo que os resultados dos ciclos de M&A sejam acessíveis e compreensíveis. O SiMAPP ratifica seu compromisso com o aprimoramento da gestão pública de maneira confiável, sólida e integrada.

Katia Cesconeto de Paula | Coordenadora Executiva do SiMAPP



O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP) é resultado do engajamento de agentes públicos e privados na criação de uma sistemática pioneira no Brasil, pensada para melhorar a qualidade do gasto público, sobretudo na administração pública capixaba. Institucionalizada pela Lei Estadual nº 10.744, de 5 de outubro de 2017, o SiMAPP foi a primeira sistemática de monitoramento e avaliação (M&A) instituída por lei no Brasil, capitaneada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em um contexto em que pesquisas avaliativas ou de monitoramento eram desenvolvidas eventualmente, sem incorporação contínua dos seus resultados em decisões estratégicas dos ciclos de políticas públicas (De Paula et. al, 2025).

Com a institucionalização da sistemática, as práticas de M&A de políticas públicas passaram a ser coordenadas e articuladas ao planejamento do governo do estado do Espírito Santo. Para tanto, a legislação congrega procedimentos que relacionam diversos agentes da administração pública, desde a definição das áreas temáticas a serem monitoradas ou avaliadas, até a atuação dos pesquisadores e disponibilização dos resultados à sociedade, diligente à transparência e publicidade esperada das ações governamentais.

O início das atividades do SiMAPP foi marcado pela capacitação de servidores públicos, entre os anos de 2017 e 2018, com o objetivo de consolidar e perpetuar a cultura de Monitoramento e Avaliação (M&A), visando possibilitar o desenvolvimento de ações internas e externas ao sistema no âmbito do estado do Espírito Santo. Neste sentido, é possível afirmar que o funcionamento do SiMAPP resulta de um processo histórico acumulado, construído de forma contínua e coletiva pela administração pública estadual, contando com a colaboração das instituições que integram sua estrutura de governança, bem como de diversas instituições parceiras.

Os resultados alcançados pelo Sistema não se restringem às demandas da gestão pública estadual, mas se refletem, sobretudo, nos benefícios efetivamente gerados à população por meio das políticas públicas avaliadas, evidenciando a amplitude de sua atuação. Além disso, destaca-se a relevância do SiMAPP na disseminação da cultura de M&A para outras frentes de atuação, difusão que se manifesta na construção de bases metodológicas e de modelos de atuação aplicados aos ciclos das políticas públicas, que vêm se consolidando na estrutura operacional do estado, seja por meio das pesquisas desenvolvidas pelo IJSN, ou em outras iniciativas conduzidas junto às demais instituições públicas do estado. Os notáveis resultados obtidos demonstram que essa estrutura contribui de forma significativa para o fortalecimento de uma gestão pública orientada a resultados, tornando o SiMAPP um modelo de referência.

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha | Diretor Setorial de Integração e Projetos Especiais

Lei Estadual Nº10.744/2017

A Lei Estadual nº 10.744/2017 instituiu o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP), definindo uma sistemática própria para orientar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas estaduais. A norma estabelece a estrutura de governança do sistema, com instâncias responsáveis pela seleção, acompanhamento e avaliação das políticas, além de prever procedimentos voltados à produção e ao uso de evidências na gestão pública.

Ao organizar essa sistemática em lei, o Espírito Santo tornou-se pioneiro no Brasil, sendo o primeiro estado a institucionalizar legalmente um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Com isso, o SiMAPP consolidou uma base normativa permanente e replicável para qualificar o planejamento, apoiar a tomada de decisão e fortalecer a transparência sobre os resultados das ações governamentais.

Objetivos do SiMAPP:

- I - institucionalizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário;
- II - aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual;
- III - melhorar a qualidade do gasto público.

(Lei Estadual nº 10.744/2017)

Operacionalização do SiMAPP

A governança do SiMAPP congrega diversos órgãos estratégicos de Governo, sendo estruturada em três níveis: estratégico, tático e operacional.

O nível estratégico é definido pela Comissão de Análise Estratégica (CAE), composta por secretarias de Estado da Economia e Planejamento (SEP), de Governo (SEG), de Desenvolvimento (SEDES), de Educação (SEDU), de Saúde (SESA) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER). A comissão garante que as políticas avaliadas e monitoradas estejam de acordo com o Plano Plurianual do Governo do Estado do Espírito Santo, apoiada pelo Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP)¹.

No nível tático, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NuMA) é responsável pela coordenação e o acompanhamento dos processos que compõem as pesquisas. Coordenado pelo IJSN, é também composto por representantes da SEP e SEGER, além de representantes da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) e da

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), fundamentais para subsidiar o fomento à disseminação do conhecimento e à pesquisa e inovação.

E o nível operacional é definido pelo Centro de M&A, também de responsabilidade do IJSN, onde são executados os estudos e pesquisas. Essas são coordenadas por pesquisadores do instituto, em parceria com os Órgãos Finalísticos, responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas, e com a FAPES.

Em acréscimo à estrutura operacional, em 2021, foram criados os Grupos Executivos de Trabalho pela Instrução de Serviço nº38/2021. Esses são compostos por representantes do Núcleo e do Centro de M&A, e têm como objetivo monitorar o progresso das pesquisas em reuniões periódicas. Esse aprimoramento aproxima técnicos e gestores, tornando a estrutura de governança ainda mais integrada e contribuindo diretamente para que os resultados sejam alcançados em conjunto.



Estrutura de Governança do SiMAPP

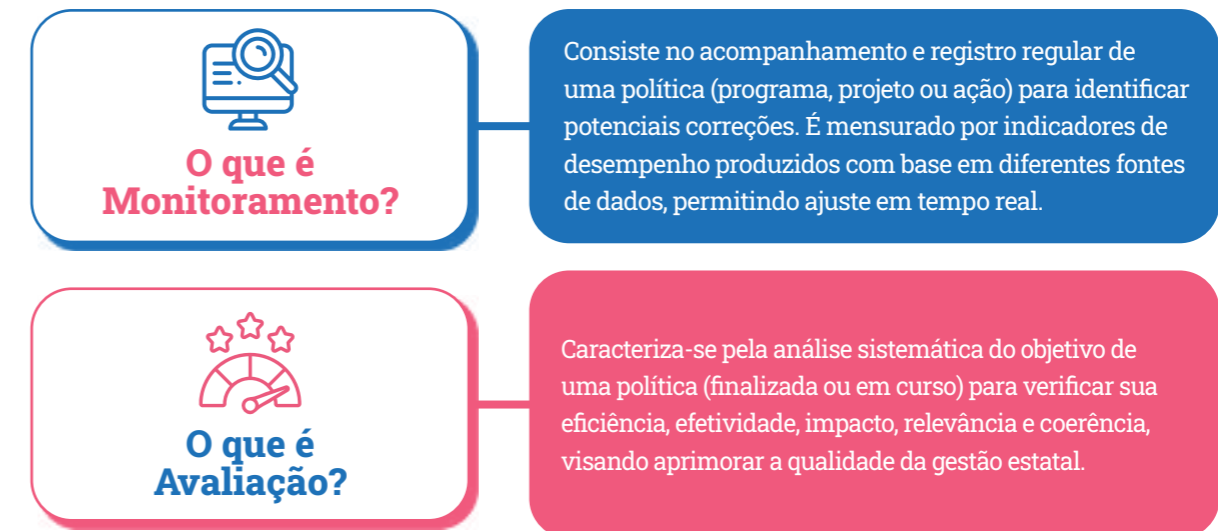
- Comissão de Análise Estratégica - CAE
- Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUMA
- Órgãos Finalísticos



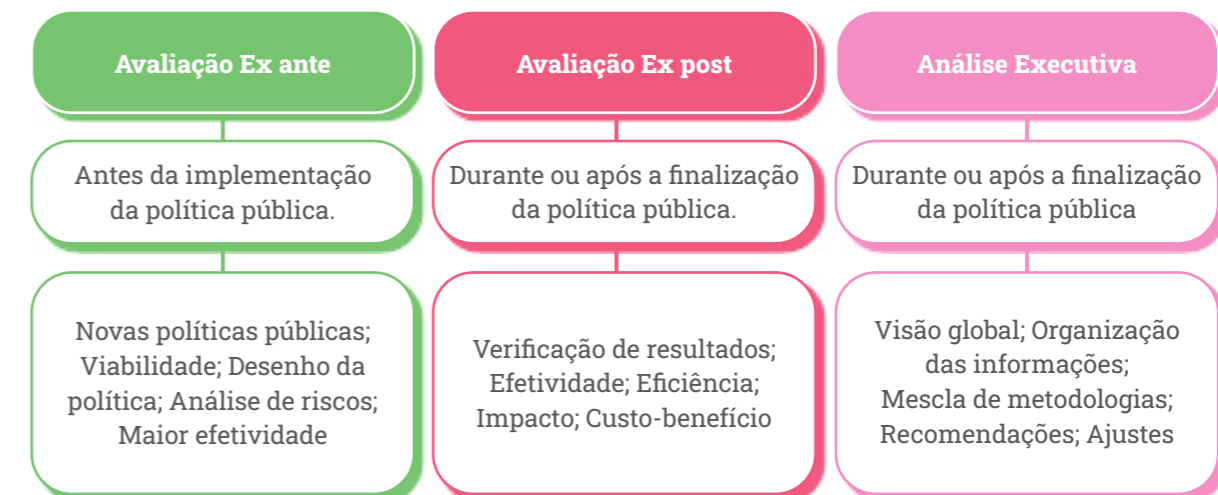
Grupo Executivo de Trabalho: tem a atribuição de acompanhar o andamento dos M&A estabelecidos nos Planos Estaduais. É composto por SEP, SEFAZ, SEGER, ESESP, FAPES, IJSN e Órgão Finalístico gestor da política em avaliação.

Metodologias de M&A

A complementaridade entre Monitoramento e Avaliação é essencial para a obtenção de resultados substanciais na gestão pública.



Ambos conceitos são definidos pela Lei Estadual 10.744/2017, que estabelece o arcabouço legal para as práticas de M&A. Neste contexto, com relação a Avaliação, o SiMAPP estabelece três Linhas Avaliativas, veja a seguir quais são elas:



O detalhamento das metodologias está consolidado no **"Guia para Avaliar Políticas Públicas"**, um roteiro técnico elaborado pelo Centro de M&A do SiMAPP em parceria com diversas instituições. O Guia é composto por 4 Volumes e anexos, e serve como orientação para o planejamento das práticas de M&A. Acesse no QR Code.



¹O PM&APP foi criado pela Resolução nº322, de 06 de março de 2023 pelo Conselho Científico Administrativo da FAPES, e vigora como um programa estratégico que visa esclarecer o processo de seleção e validação dos projetos de pesquisa a serem executados dentro do SiMAPP, bem como seus prazos, gerenciamento de recursos e a prestação de contas.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação 2025

Em 8 anos de implementação, o SiMAPP foi responsável por monitorar ou avaliar 35 políticas públicas (considerando a soma das 18 pesquisas avaliativas inseridas nos planos estaduais de M&A e das 17 políticas, projetos e ações presentes no escopo de uma única avaliação, a do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas), de diversas áreas vinculadas ao Plano Plurianual

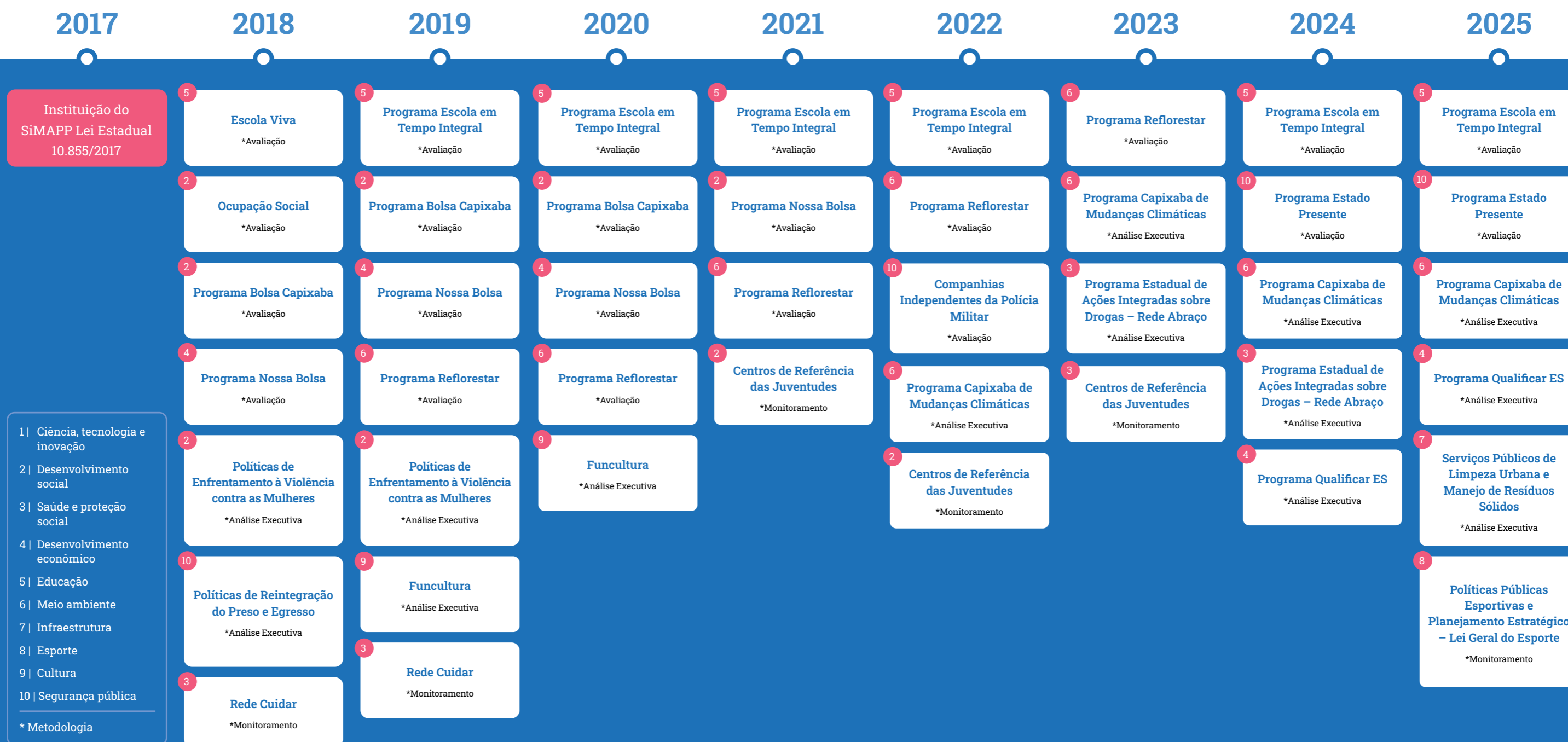
do Estado. No ciclo de M&A de 2025, o Sistema foi responsável pela execução de 6 projetos de pesquisa, conforme o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação (Decreto nº 5993-R, de 31 de março de 2025), apresentados neste relatório. As pesquisas foram realizadas seguindo as linhas e metodologias de análise executiva, avaliação e monitoramento, conforme as características

das políticas públicas a serem avaliadas.

Foram iniciadas as pesquisas de análise dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Espírito Santo, além do monitoramento de políticas públicas esportivas e planejamento estratégico no contexto da Lei Geral do Esporte. As pesquisas integram os temas estratégicos do planejamento estadual de "Infraestrutura" e "Cultura, Esporte e Lazer", respectivamente. Esses projetos representam o compromisso da sistemática em buscar ampliar a abrangência das avaliações, compreendendo

as diversas políticas – planos, projetos ou ações – estratégicas do Estado.

Além disso, o Plano de 2025 continuou o desenvolvimento das pesquisas de análise executiva do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas e do Programa Qualificar ES, além das avaliações do Programa Escola em Tempo Integral e do impacto do Programa Estado Presente na taxa de homicídios do Espírito Santo. Os resultados alcançados no ciclo 2025 são apresentados a seguir, seguindo as respectivas metodologias e cronogramas de cada pesquisa executada.



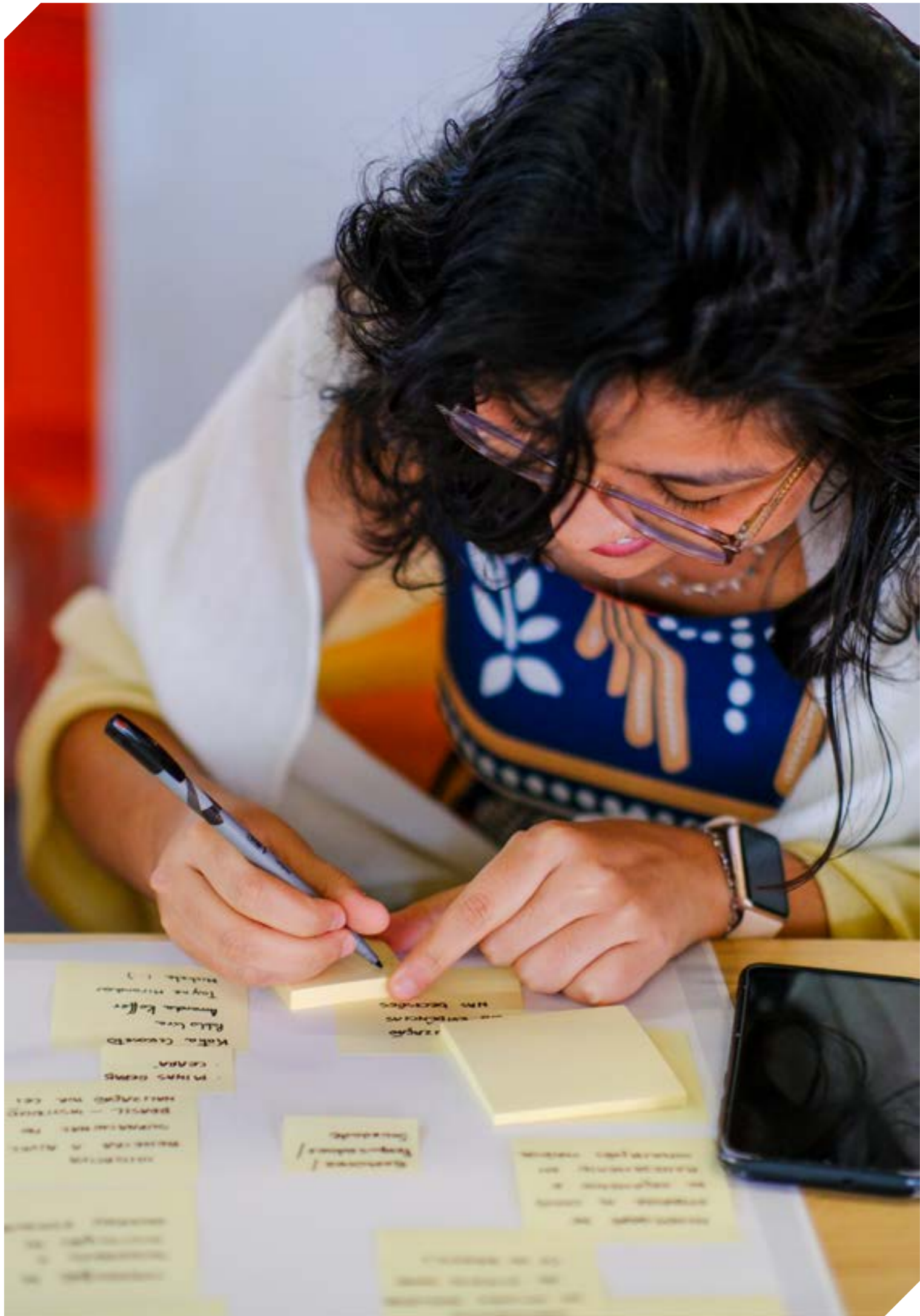


Foto: Fabio Martins

Ações Estratégicas no Ciclo 2025

Além das pesquisas inseridas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2025, ao longo do ano o SiMAPP também foi responsável por desenvolver diversas ações, a fim de difundir a cultura do Monitoramento e Avaliação (M&A) no âmbito da administração pública dentro e fora do Espírito Santo, para outras instituições e entidades. As iniciativas destacam a importância da tomada de decisões orientadas por evidências científicas para gestores e servidores públicos, mas também cooperam para que mais pessoas conheçam as ações do Sistema e que novas ferramentas metodológicas e sistemáticas possam

ser desenvolvidas com a mesma finalidade.

As ações realizadas se constituem da produção e publicação de materiais bibliográficos, promoção e participação em eventos, realização de apresentações institucionais e da participação em premiações, e foram classificadas neste relatório em: (1) aprimoramento; (2) intercâmbio e cooperação institucional; e (3) incidência. Tais esforços reforçam o compromisso com a ampliação do alcance da cultura do M&A em todo o estado, corroborando para o cumprimento dos objetivos previstos por lei.



Foto: Banco de Imagens

6 PESQUISAS
DESENVOLVIDAS NO
PLANO ESTADUAL DE M&A

EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA
COM 6 INSTITUIÇÕES OU
GOVERNOS ESTADUAIS

21 AÇÕES ESTRATÉGICAS
REALIZADAS

Aprimoramento

Acompanhamento e apresentação de resultados

a) Apresentação de resultados junto ao NuMA

Os principais resultados alcançados pelas pesquisas componentes do Plano Estadual de M&A de 2025 foram formalmente apresentados ao Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NuMA) e à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), consolidando a devolutiva institucional do ciclo. O evento destacou o papel do SiMAPP como referência nacional em gestão estratégica e a importância da consolidação de metodologias e indicadores robustos para a credibilidade das pesquisas.

O ciclo de 2025 incluiu avaliações de impacto, análises executivas e monitoramento de programas estratégicos. Nas avaliações de impacto, foram discutidos o Programa Escola em Tempo Integral, com foco no diagnóstico preliminar da política, e o Programa Estado Presente em Defesa

da Vida, apresentando resultados preliminares para mensurar o impacto na Taxa de Homicídios. As análises executivas abordaram o Programa Qualificar ES, que efetuou a entrega da caracterização e do desenho da política; o Programa Capixaba de Mudanças Climáticas, com apresentação das avaliações das políticas analisadas; e a Análise dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Espírito Santo, com entregas na fase de caracterização. Quanto ao Monitoramento de Políticas Públicas Esportivas e Planejamento Estratégico no Contexto da Lei Geral do Esporte, foram apresentados os resultados parciais do planejamento estratégico.

O encontro reforçou a importância das práticas de M&A para a efetividade das políticas públicas, permitindo o alinhamento de prioridades estratégicas e a orientação do planejamento para o exercício subsequente.

b) Reuniões com os Grupos Executivos de Trabalho

O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) deu continuidade, em 2025, à atuação dos Grupos Executivos de Trabalho, estabelecidos para o acompanhamento sistemático dos projetos de pesquisa que compõem o Plano Anual de M&A. Os Grupos Executivos são estruturas interinstitucionais encarregadas de discutir e monitorar o progresso das pesquisas, assegurando a transparência e a integração entre gestores e pesquisadores.

Para o aprimoramento do acompanhamento e a garantia da efetividade das políticas

públicas, o ciclo de 2025 registrou a participação ampliada de representantes setoriais nas reuniões periódicas. Os Grupos contaram com a colaboração de técnicos das Secretarias de Educação (SEDU), de Segurança Pública (SESP), do Meio Ambiente (SEAMA), de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), de Esporte (SESPORT), e da Agência Reguladora de Serviços Públicos (ARSP), para além dos representantes do NuMA e a Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Este acompanhamento regular é fundamental para aproximar os atores envolvidos, permitindo o compartilhamento de informações atualizadas e a identificação de ajustes estratégicos que influenciam o progresso das atividades de pesquisa.

Participação no Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN)



Durante o ano de 2025, o SiMAPP manteve sua participação ativa no Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GT de M&A) do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN) ao longo do ciclo de 2025. O GT de M&A, estabelecido em cooperação técnica com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), constitui um espaço colaborativo essencial para o aprimoramento dos sistemas de planejamento, orçamento e de M&A estaduais.

As atividades do SiMAPP no GT se concentraram na promoção contínua da troca de experiências, metodologias avaliativas e alinhamento de práticas entre os estados. Os encontros periódicos, realizados em formato online e presencial, fomentaram o intercâmbio de saberes e boas práticas, contribuindo para a padronização de conceitos e o fortalecimento da cultura de M&A no país.

Em 2025, a participação presencial do SiMAPP foi marcada pela presença no XCII Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, realizado em Vitória/ES, entre 19 e 21 de março. Neste evento, o SiMAPP foi formalmente apresentado aos demais estados integrantes do GT de M&A, expandindo a difusão das boas práticas realizadas no Espírito Santo e reforçando o caráter replicável da sistemática para outras unidades da federação. A atuação presencial foi complementada pela participação no XCV Fórum Nacional, sediado no Rio de Janeiro na primeira semana de dezembro. A presença do SiMAPP no CONSEPLAN reforça a relevância do modelo capixaba como referência nacional na promoção de políticas públicas orientadas por evidências científicas, integrando os processos de planejamento, monitoramento e avaliação às decisões estratégicas governamentais.

Aceleração Prêmio Inovés



Em consequência do reconhecimento do SiMAPP como vencedor do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves), a sistemática foi beneficiada, para além do apoio financeiro, com o Programa de Aceleração de Iniciativas Públicas, oferecido pelo LAB.ges, em fomento à otimização do uso de recursos, à potencialização da execução de ações estratégicas e à mensuração consistente das entregas e dos resultados alcançados pelo SiMAPP.

A formação ocorreu ao longo de 12 meses, por meio de mentorias, oficinas e capacitações voltadas ao aprimoramento de abordagens, metodologias e ferramentas em fomento à inovação.

A partir da construção coletiva de hipóteses e soluções, viabilizada pela Aceleração, engendrou-se o projeto de Aprimoramento e Consolidação do SiMAPP, com plano de trabalho a ser desenvolvido no ano de 2026, a fim de monitorar os processos e promover a cultura avaliativa dentro e fora do Espírito Santo.

Com os mais de 4 mil votos que o premiaram, a conquista do SiMAPP, potencializada pelos benefícios da Aceleração, endossa o protagonismo do IJSN no desenvolvimento de metodologias fundadas em evidências, responsáveis pela qualificação das políticas públicas estaduais em fomento à gestão orientada por resultados.

Foto: Fabio Martins

Intercâmbio e cooperação institucional

Replicabilidade da sistemática

Reforçando a característica replicável do SiMAPP e seu papel como referência nacional no campo do monitoramento e avaliação de políticas públicas, a metodologia e os resultados do sistema foram apresentados, ao longo do período, a representantes de diferentes esferas governamentais e instituições interessadas em estruturar ou aperfeiçoar suas próprias sistemáticas de M&A. Em diversos encontros, o SiMAPP compartilhou sua organização operacional, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão baseada em evidências e para a disseminação das práticas desenvolvidas no Estado do Espírito Santo.

Nesse contexto, realizou-se uma reunião de benchmarking com a equipe da **Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (Sefaz/PR)**, que se encontra em processo de organização de seus fluxos de M&A. A apresentação concentrou-se no alinhamento da estrutura de governança e dos processos do SiMAPP, bem como em sua articulação com a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), destacando a importância de adaptar a sistemática às especificidades institucionais, culturais e processuais de cada ente para uma implementação eficaz.

Em continuidade às ações de intercâmbio institucional, ocorreu reunião com o ponto focal da **Controladoria Geral do Estado da Paraíba (CGE/PB)**, que manifestou interesse nas práticas adotadas pelo SiMAPP como subsídio ao fortalecimento da gestão pública local. Na ocasião, foram apresentados os elementos centrais da governança e

da estrutura processual do sistema, com ênfase na compreensão do contexto institucional como fator determinante para a adaptação e consolidação de uma sistemática de M&A consistente.

No mesmo sentido, o SiMAPP apresentou sua sistemática de Monitoramento e Avaliação à Secretaria de Planejamento do Estado do Acre (SEPLAN/Acre), com o objetivo de apoiar a estruturação de um sistema estadual de M&A, reforçando o reconhecimento do modelo capixaba como referência nacional e promovendo a disseminação de boas práticas de gestão pública. Em nível municipal, a experiência foi compartilhada com a **Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento do município de Serra (SEGEPLAN/Serra)**, com vistas a contribuir para a criação de um sistema municipal de M&A e ampliar a difusão da cultura de planejamento, monitoramento e avaliação orientada por evidências.



Foto: IJSN

Contribuição na oficina “Construindo políticas municipais de monitoramento e avaliação”, oferecida pelo TCE-ES e FGV CLEAR



Foto: IJSN

Em setembro, o SiMAPP contribuiu com a oficina “Construindo Políticas Municipais de Monitoramento e Avaliação”, oferecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com suporte técnico do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR).

A iniciativa do TCE-ES é parte dos incentivos à qualificação de gestores subnacionais para o desenvolvimento de seus próprios sistemas de M&A, corroborando com as premissas de uma gestão pública com base em evidências. Para tanto, foram selecionados representantes dos municípios de Anchieta, Montanha e Serra para receberem a capacitação ao longo de dois dias.

Na ocasião, a FGV CLEAR integrou conteúdos conceituais e prática aplicada, oferecendo ferramentas para que os gestores utilizem os dados de suas respectivas instituições para identificar problemas em áreas como saúde, educação e assistência social e, a partir disso, formulem políticas públicas estratégicas e alinhadas à gestão orientada por resultados. Nesse sentido, a contribuição do SiMAPP abordou a perspectiva da sistemática já consolidada, passando pela estruturação do programa no IJSN, à exposição dos projetos monitorados e avaliados, até as ações estratégicas investidas pelo SiMAPP para disseminação da cultura do M&A no Espírito Santo e nos demais estados brasileiros.

Workshop de Revisão do Orçamento Climático, junto à SEP e SEAMA

O SiMAPP participou e apoiou a realização do Workshop de Revisão do Orçamento Climático, uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da capacidade técnica das secretarias e autarquias estaduais. O objetivo central do workshop foi aprimorar a identificação, classificação e análise das despesas públicas diretamente relacionadas às mudanças climáticas.

Organizado pela Subsecretaria de Orçamento da Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente (SEAMA) e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o evento utilizou como base os critérios estabelecidos pelo Programa Capixaba de Mudanças Climáticas. As discussões foram estruturadas em torno dos princípios de mitigação, adaptação e equidade no processo orçamentá-

rio, visando a integração efetiva da agenda climática ao orçamento público.

Na ocasião, a relevância da pesquisa foi sublinhada pela apresentação do desenvolvimento da Análise Executiva da Estratégia de Mitigação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas. Além da apresentação técnica, a equipe do SiMAPP contribuiu ativamente como apoio e orientação às demais instituições, secretarias e órgãos presentes, reforçando o papel do sistema como um polo de disseminação de conhecimento e boas práticas. Essa atuação foi e permanece fundamental para a formulação do orçamento climático e para o direcionamento das ações de governança do clima no Espírito Santo, reforçando a importância da evidência científica na tomada de decisão estratégica.



Foto: IJSN

Incidência

Congresso CONSEPLAN

No mês de maio, o SiMAPP participou do 1º Congresso Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN), realizado em Brasília, espaço de cooperação federativa e intercâmbio de saberes valiosos voltados ao fortalecimento do planejamento e do orçamento públicos. Na ocasião, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em articulação com a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), apresentou dois artigos: um sobre a regulamentação do Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP) e outro acerca dos desafios da incorporação das ações de Monitoramento e Avaliação (M&A) nos ciclos de planejamento e orçamento, a partir da experiência do SiMAPP no Estado do Espírito Santo.

A participação contribuiu para a troca de experiências entre os entes federativos e reforçou o papel do SiMAPP na institucionalização da cultura de avaliação, em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e com as peças orçamentárias – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Ambos os trabalhos foram posteriormente publicados na Edição Especial da revista “Planejamento e Futuro”, organizada pelo CONSEPLAN, dedicada ao congresso inaugural, ampliando a disseminação das experiências compartilhadas e fortalecendo o debate nacional sobre planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas.



Foto: Congresso CONSEPLAN

Desafios para a incorporação das ações de M&A nos ciclos de planejamento e orçamento: experiência do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP)

Amanda Lovatti Coelho Koffer

Kátia Cesconeto de Paula

Juliani Nunes Campos Johanson

Pablo Silva Lira

Resumo

Monitoramento e Avaliação (M&A) são ferramentas indispensáveis para a operação de políticas públicas, ao medir e avaliar o desempenho da ação pública. Possuem o propósito de subsidiar os gestores nos processos decisórios, considerando informações fundamentadas cientificamente. Para que se tornem efetivas, devem ser organizadas em estruturas que permitam o acompanhamento, a validação e a fiscalização de seus processos, gerando resultados palpáveis para pactuar o aprimoramento das políticas públicas e o uso responsável dos recursos públicos. Nesse sentido, o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP) é entendido como via segura para o desenvolvimento articulado das ações de M&A dentro dos ciclos de planejamento e orçamento. Instituído por Lei Estadual, o SiMAPP se orienta por subsidiar a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) com recomendações que tornem mais eficiente o planejamento estratégico estadual. O Sistema intenta institucionalizar o M&A de forma coordenada e articulada ao ciclo orçamentário, aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual, e melhorar a qualidade do gasto público. A cada ano, o Governador estabelece um Plano Estadual de M&A via decreto, que define um conjunto de políticas a serem avaliadas, diretamente vinculadas às áreas prioritizadas pelo Plano Plurianual estadual (PPA). O desenvolvimento das pesquisas gera encaminhamentos importantes para garantia da eficiência na alocação de recursos, de modo transparente aos atores interessados. Mediante a complexidade para a incorporação dos resultados das pesquisas no ciclo das políticas públicas, este artigo objetiva eviden-

ciar a inserção das ações de M&A no planejamento do Estado através do PPA, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Em contexto específico, busca compreender como o SiMAPP contribui para cumprir as previsões de inserção do M&A nos respectivos instrumentos de planejamento. Para tanto, recorre à revisão bibliográfica e documental referente ao SiMAPP e aos conceitos, predisposições e estratégias vinculadas às ferramentas de planejamento, a fim de detalhar os processos necessários para a efetiva integração entre a cultura de M&A e o cotidiano da gestão pública. O estudo contribui por indicar os principais desafios enfrentados pela integração entre a SEP e o SiMAPP no que se refere à definição das áreas e políticas estratégicas consideradas nos planos de M&A, e, principalmente, à incorporação dos resultados do Sistema nos processos decisórios. Como contraponto, apreende a importância da estrutura de governança do Sistema, que garante o diálogo e amparo das diversas secretarias estratégicas do governo no entorno das pesquisas em todas as suas fases de desenvolvimento. Desse modo, o artigo evidencia o uso de evidências como indispensável nos ciclos das políticas públicas, para garantia de que sejam bem planejadas e implementadas, retornando como benefício à sociedade. Além disso, destaca a contribuição do SiMAPP como peça chave para o desenvolvimento saudável dos ciclos de planejamento e orçamento estaduais.

Palavras-chave: Monitoramento e avaliação; SiMAPP; Políticas Públicas; Planejamento estratégico; Orçamento

A regulamentação do Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP) para o fortalecimento das ações do SiMAPP na gestão pública.

*Michele Sampaio da Silva
Kátia Cesconeto de Paula
Amanda Lovatti Coelho Koffer
Pablo Silva Lira*

Resumo

Diante do desafio de estabelecer uma estrutura sólida para implementar políticas públicas eficazes e promover o uso eficiente dos recursos públicos, o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SiMAPP) se destaca por sua abordagem inovadora ao integrar o Monitoramento e Avaliação (M&A) das políticas públicas com o ciclo orçamentário e a gestão governamental. O SiMAPP foi criado com o objetivo de fundamentar as políticas públicas em evidências, para impulsionar o desenvolvimento sustentável do estado, com base na transparência e no diálogo ativo com a sociedade. Todos os anos, são emitidos decretos estaduais relacionados aos Planos de M&A, acompanhados de relatórios que ressaltam os principais resultados alcançados em cada ciclo. No entanto, é imprescindível adotar critérios técnicos para selecionar as políticas que serão avaliadas e/ou monitoradas em alinhamento ao planejamento estratégico do governo, visto que a ge-

ração de evidências demanda tempo, recursos e dedicação dos envolvidos para fornecer respostas fundamentadas cientificamente sobre as questões pertinentes à política analisada. Nesse sentido, este artigo tem como finalidade esclarecer a sistemática de funcionamento do M&A, apoiado pelo Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP). Desde a sua regulamentação e implementação, o Programa tem sido um suporte na escolha das políticas públicas para cada ciclo. Para tanto, realiza-se uma análise minuciosa de normativas relacionadas ao M&A a fim de ilustrar sua dinâmica operacional a partir dos processos envolvidos na seleção das políticas, pactuação dos projetos de pesquisa, até a entrega dos resultados para os órgãos demandantes e a sociedade.

Palavras-chave: Sistema de Monitoramento e Avaliação; PM&APP; SiMAPP; Regulamentação; Estrutura operacional

SiMAPP vencedor do 5º Prêmio Conexão Inova

O SiMAPP alcançou um importante marco de reconhecimento nacional ao conquistar o primeiro lugar no 5º Prêmio Conexão Inova, na categoria Gestão em Organizações Públicas. A premiação foi o ponto culminante da participação da equipe no evento Convergência 2025, realizado em Belo Horizonte/MG. O evento corresponde a um ambiente estratégico que ultrapassa a premiação, atuando como uma plataforma para o fortalecimento de redes colaborativas entre gestores e inovadores de todo o país.

A participação do SiMAPP no prêmio foi impulsionada pelo reconhecimento a nível estadual em anos anteriores, consolidando o sistema como uma iniciativa de inovação de relevância comprovada. No processo de avaliação do Conexão Inova,

ao ser apresentado ao público e à banca avaliadora, o SiMAPP demonstrou a eficácia de sua sistemática pioneira na institucionalização do Monitoramento e Avaliação (M&A) a nível subnacional, destacando-se pela capacidade de gerar evidências robustas para a tomada de decisão.

A vitória enfatiza o compromisso do Espírito Santo com o aprimoramento contínuo das políticas públicas, a qualificação do gasto e a garantia de melhores resultados sociais. O reconhecimento nacional reforça a validade do modelo SiMAPP e sua contribuição para a elevação da qualidade das políticas públicas e para a institucionalização da cultura avaliativa, posicionando o estado como referência em gestão pública baseada em evidências.



Foto: USN

Participação em Eventos

Semana de Avaliação gLOCAL 2025: M&A e Transição Climática:

A fim de integrar a programação da Semana de Avaliação gLOCAL 2025, uma mobilização internacional que visa promover a cultura de M&A, no mês de junho o SiMAPP organizou o painel online intitulado "Monitoramento e Avaliação: ações e estratégias no desafio da transição climática", que fez parte das celebrações dos 50 anos do IJSN.

O evento destacou o SiMAPP como o primeiro sistema de M&A instituído por lei no Brasil, reforçando a importância da cultura de monitoramento para a melhoria contínua das políticas

públicas e a qualificação dos gastos governamentais. O painel abordou, especificamente, os desafios impostos pelas mudanças climáticas, enfatizando a necessidade de preparo e articulação estratégica entre os entes federativos para a gestão de políticas públicas ambientais. A participação do SiMAPP em um fórum internacional destaca a relevância de sua sistemática e a capacidade de integrar temas emergentes, como a transição climática, à agenda de avaliação e planejamento.

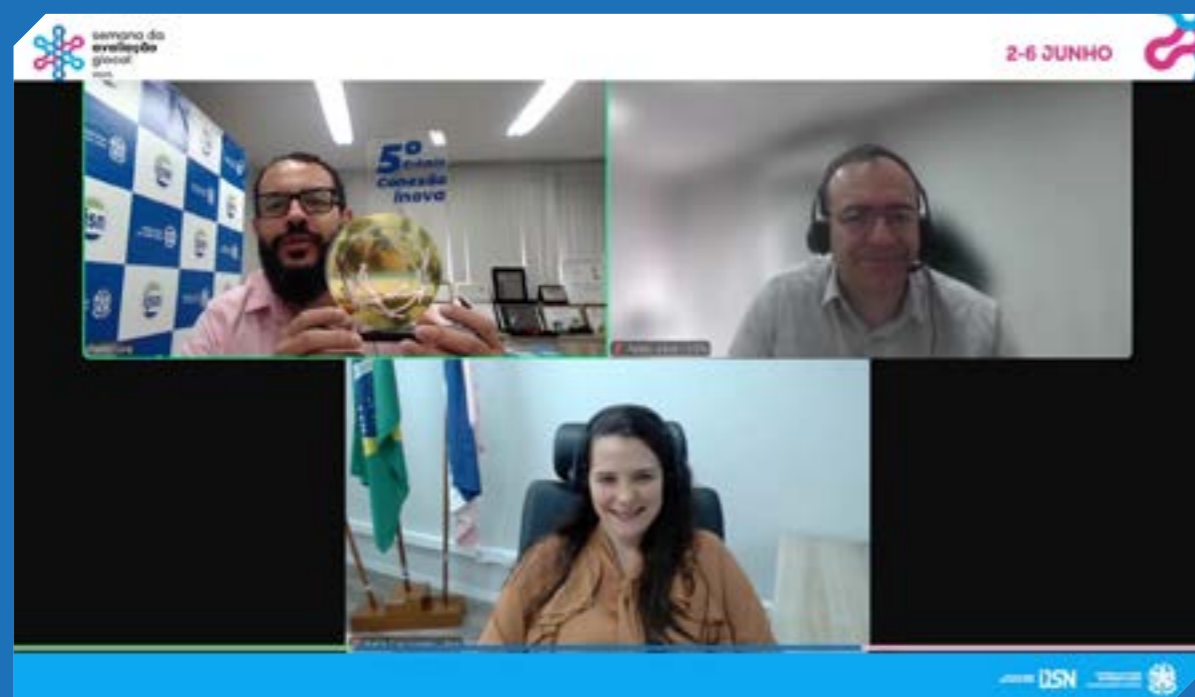


Foto: IJSN



Foto: TCEES

Seminário de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES):

Também no mês de junho a equipe do SiMAPP participou do Seminário de Políticas Públicas: Decisões estratégicas que garantem resultados para a população, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES). O seminário teve como foco central o uso de evidências científicas para a fundamentação da tomada de decisões estratégicas no setor público.

A contribuição do SiMAPP se deu na Rodada de Diálogo "Sistemas que funcionam - casos de sistemas governamentais de Monitoramento e

Avaliação". Na ocasião, o Diretor-Geral do IJSN apresentou o SiMAPP como um sistema pioneiro no Brasil, notavelmente por ser instituído por lei. A apresentação enfatizou como o SiMAPP contribui para qualificar a gestão pública e incentivar uma cultura robusta de planejamento e avaliação no Espírito Santo. A participação em um evento promovido por um órgão de controle externo reforça a transparência e a credibilidade do sistema, alinhando as práticas de M&A com as exigências de accountability e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Seminário de 10 anos do FGV CLEAR:

O SiMAPP marcou presença no Seminário de 10 anos do FGV CLEAR, realizado em São Paulo, consolidando sua posição no cenário nacional de avaliação de políticas públicas. A participação, que contou com a presença de diretores do IJSN, ocorreu no painel “Experiências em M&A: como os governos fortalecem seus sistemas”.

Neste fórum, o SiMAPP foi destacado como um exemplo de sistema de Monitoramento e Avaliação que alcança resultados concretos por sistematizar processos e atores em prol de um objetivo

claro de aprimorar a gestão e as políticas públicas com dados e evidências científicas. A experiência do Espírito Santo foi apresentada como um modelo de sucesso na estruturação de um sistema de M&A. O evento também celebrou o lançamento do livro “Avaliar para Transformar”, uma publicação que, também, reconhece formalmente o pioneirismo do Espírito Santo na institucionalização do M&A de políticas públicas. A presença em um evento de tal magnitude reforça a contribuição do SiMAPP para a disseminação de boas práticas e o avanço da agenda de avaliação no Brasil.



Foto: IJSN

Publicação do livro “Avaliar para Transformar”



Foto: IJSN

O lançamento da obra “Avaliar para Transformar: consolidação dos sistemas de avaliação de políticas públicas no Brasil”, publicada pela Editora FGV, representa um marco para a agenda de M&A no país. Fruto de uma pesquisa abrangente conduzida pelo FGV CLEAR, o livro dedica um capítulo à experiência do Espírito Santo, reconhecendo o estado como um dos poucos no Brasil a possuir um sistema de avaliação efetivo e institucionalizado.

O capítulo, escrito pela equipe do SiMAPP, de-

talha o pioneirismo capixaba na consolidação da cultura de M&A, destacando o SiMAPP como um modelo de referência. A obra visa, estrategicamente, ampliar o acesso a experiências e reflexões que contribuam para o fortalecimento institucional e a construção de uma cultura de avaliação. Seu propósito é sustentar decisões governamentais mais qualificadas, transparentes e orientadas por evidências científicas, servindo como um guia para gestores e acadêmicos interessados na modernização da administração pública.

Publicação de artigo de opinião na Revista ES Brasil



Foto: IJSN

Em celebração aos 50 anos do IJSN, foi disponibilizado para acesso livre o artigo de opinião intitulado “A cultura do monitoramento e avaliação de políticas públicas no Espírito Santo”. O texto, publicado no portal ES Brasil, oferece uma análise sobre o processo de institucionalização do Monitoramento e Avaliação (M&A) no estado, destacando o papel pioneiro do Espírito Santo na adoção de mecanismos formais de gestão baseada em evidências.

O artigo centraliza sua argumentação na relevância do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) como principal instrumento para a consolidação de uma cultura avaliativa no estado. Além disso, enfatiza que a maturidade dessa cultura é um fator crítico para o aprimoramento contínuo da gestão pública, resultando na qualificação

do gasto público e na maximização dos resultados sociais entregues à população. A publicação serve, portanto, como um registro da trajetória do estado na busca pela efetividade e eficiência governamental.

A íntegra desta importante publicação, que detalha a experiência capixaba e a relevância do M&A para a gestão pública contemporânea, pode ser acessada livremente no portal ES Brasil.



Escaneie o
QrCode e acesse.

Realização do II Seminário Nacional de Monitoramento e Avaliação

No mês de outubro, o IJSN promoveu o II Seminário Nacional de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, reunindo, no auditório do Sebrae, em Vitória/ES, especialistas de diferentes estados do país, unidos pelo propósito de compartilhar experiências relativas à utilização de evidências na gestão pública e disseminar a cultura do M&A.

A programação do evento foi dividida em dois painéis. Pela manhã, abordou “Do Planejamento à Prática: Geração e uso de evidências para aprimorar políticas públicas”, com participação do diretor-geral do IJSN, da coordenadora executiva do SiMAPP e de representantes da FGV CLEAR e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), expondo as diferentes perspectivas de suas instituições sobre a utilização de ferramentas de monitoramento e avaliação para transformar dados em insumos estratégicos de planejamento e gestão.

Quanto ao período da tarde, o painel “Da Prática ao Impacto: Boas práticas e resultados no uso de evidências” compartilhou experiências institucionais que demonstram como o uso de evidências e a avaliação de resultados contribuem para políticas públicas mais eficazes e transparentes, com a participação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, da Subsecretaria de Estado de Orçamento do Espírito Santo, de representantes da Fundação João Pinheiro (FJP) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O evento consolidou-se como um importante espaço de diálogo e integração entre diferentes órgãos públicos, instituições de pesquisa, órgãos de controle e a sociedade civil, num intercâmbio de práticas e metodologias, reforçando o papel do Espírito Santo como referência nacional na institucionalização do monitoramento e avaliação de políticas públicas.



Foto: IJSN



Análise Executiva do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas

A pesquisa é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Pablo Medeiros Jabor (IJSN) e conta com 11 pesquisadores.

Caracterização da política

O Programa Capixaba de Mudanças Climáticas - PCMC, nasceu em 2023 como uma ferramenta para auxiliar o Estado frente ao desafio das mudanças climáticas. Visando coordenar e integrar esforços, políticas públicas e ações concretas para materializar os compromissos assumidos pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 9.531/2010) em consonância com as agendas nacional e internacional, como o "Race to Zero" e o "Race to Resilience". A estrutura de gestão envolve uma coordenação geral (Governador do Estado), uma coordenação executiva (Secretário da SEAMA) e quatro comitês estratégicos formados por Secretarias, Autarquias e Empresas Públicas que atuam nas áreas essenciais para implementação

das ações estaduais de mitigação e adaptação. Os comitês têm o papel de monitorar e integrar os projetos existentes, propor melhorias e auxiliar na tratativa de problemas e/ou desafios. A estratégia do PCMC concentra-se na mitigação e adaptação e reúne os Órgãos da Administração Estadual com projetos e iniciativas alinhados com o objetivo de reduzir e estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE), mitigar impactos e criar condições para adaptação às alterações do clima e suas consequências por meio de obras e serviços, informação, cultura e educação. O Programa é composto por cerca de 70 projetos e ações, incluindo projetos estratégicos, entre os quais foram elencados 17 do Eixo Mitigação para a Análise Executiva (AE), com o intuito de apresentar um diagnóstico do desenvolvimento da política pública, oferecendo suporte aos gestores.

As ações de mitigação visam estimular o uso de energias renováveis e o desenvolvimento de tecnologias para reduzir as emissões de GEE.



Panorama da pesquisa

Para a Análise Executiva do PCMC, 17 políticas (Ações, Planos, Projetos e Programas), que contribuem para a redução da emissão de GEEs, foram selecionadas dentro do Eixo Mitigação pelo Grupo de Trabalho do SiMAPP. A seleção considerou políticas concluídas ou em andamento para uma análise rápida realizada através de processos analítico global e integrado. Os resultados permitem apresentar uma visão geral sobre o desenvolvimento de cada política, demandando baixo dispêndio de recursos.

Cada uma das políticas em análise é coordenada por diferentes entes do Governo estadual, demandando da equipe de pesquisadores interação com vários gestores, equipes técnicas e partes envolvidas.

Inicialmente, 11 políticas foram elencadas. Em 11/2025 outras 6 foram adicionadas contemplando os temas de mobilidade urbana e agricultura sustentável. São elas: Implementação do Aquaviário; Ampliação de Faixas; e construção da Ciclovia 3ª Ponte - Ciclovia da Vida; Modernização Sistema Transcol – e-bus; Sistema Metropolitano de Bicicletas Compartilhadas; Integração Metropolitana; além do Desenvolvimento Sustentável do Leite e ABC+ES. O eixo de mitigação prioriza políticas de redução de GEE e/ou captura de carbono e também a inovação tecnológica. Por isso, foram incluídas ações voltadas ao transporte e à agricultura de baixo carbono. A ênfase no setor de transporte é estratégica, pois corresponde por boa parcela das emissões totais do estado. As Análises Executivas são realizadas a partir da metodologia descrita no

volume 3 do Guia para Avaliar Políticas Públicas (IJSN, 2018). As etapas desenvolvidas em cada análise consistem em:

- Caracterização da Política;
- Diagnóstico do Problema;
- Análise do Desenho;
- Análise dos Processos;
- Percepção dos Beneficiários;
- Resultados da Política;
- Análise Crítica;
- Recomendações.

As primeiras etapas (a - f) são analisadas a partir da pesquisa exaustiva dos documentos existentes e são complementadas por entrevistas com os gestores, equipes técnicas e coordenadores das políticas. A partir da coleta do material, é possível identificar os objetivos, metas e resultados alcançados, o público-alvo, os instrumentos legais, entre outras informações, elaborar o Modelo Lógico e compreender o desempenho da política pública. Munida desse conhecimento, a equipe realiza a Análise Crítica (g). Essa análise é realizada a partir da elaboração da Matriz de Análise SWOT, onde são identificadas as forças (Strengths), as fraquezas (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e as ameaças (Threats) das políticas. As forças e fraquezas são variáveis internas ao projeto, como a competência dos participantes e cumprimento dos prazos e objetivos. Já as ameaças e oportunidades são externas, onde são listados os investimentos, as políticas estaduais e nacionais que podem alavancar ou retardar a execução do plano de ação, por exemplo.



Resultados parciais

No Ciclo de 2025 foram concluídas 5 análises: Qualidade Ambiental, Gás para Mover, PROESAM, Locação de Ativos Fotovoltaicos e Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura do ES, sendo todos apresentados ao Grupo Executivo do SiMAPP.

A conciliação de agendas entre múltiplos atores de diferentes órgãos, aliada aos diferentes níveis de sigilo e à dispersão ou desatualização de dados públicos, representa um desafio contínuo para a equipe da Análise Executiva.

A Análise Executiva do PCMC tem permitido uma visão integrada das políticas avaliadas e atores envolvidos, contribuindo para o aprimoramento da governança do PCMC.

Principais desafios das políticas do eixo de mitigação:

- Mudança das prioridades governamentais.
- Integração entre as políticas e o PCMC.
- Consolidação de monitoramento integrado das políticas do PCMC.
- Estruturação das equipes técnicas (tamanho e capacitação).
- Publicidade, transparência e educação (eixos transversais do PCMC).
- Adoção de indicadores de desempenho das políticas (ex.emissões de GEE).
- Engajamento de governos locais.
- Volatilidade do marco legal e regulatório.
- Dependência tecnológica de outros países.
- Mercado voluntário de carbono não consolidado.

12 Órgãos envolvidos até o momento

23 Entrevistas e reuniões realizadas em 2025

17 Participações em eventos em 2025

Atual protagonismo do Estado

Políticas alinhadas com as agendas nacional e internacional

Engajamento dos envolvidos nas políticas

Qualidade Ambiental



Foto: Rafael Segatto

Caracterização

A política (2019–2026), desenvolvida pela SEA-MA e pelo IEMA, baseia-se no cumprimento de condicionantes e acordos dos Termos de Compromisso Ambiental nº 035/2018 e nº 036/2018 e nas diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Qualidade do Ar. Prevê ações de aperfeiçoamento normativo e melhorias no controle e monitoramento das emissões, com inventário de poluentes, avaliação de novas tecnologias e fortalecimento da rede de monitoramento na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Teoria do Programa

A política tem foco no enfrentamento dos problemas relacionados à poluição atmosférica, atuando no aperfeiçoamento das normativas estaduais, na ampliação do controle de emissões e no fortalecimento do monitoramento da qualidade do ar na RMGV. Tais ações contribuem a curto prazo para o aprimoramento da gestão pública e do controle social e, a longo prazo, somado a outras iniciativas, para a proteção da saúde da população e a melhoria das condições de qualidade ambiental no território do ES.

Análise Crítica

Dentre as forças destacam-se a existência de equipe qualificada, disponibilidade de recursos financeiros, marco legal alinhado a padrões nacionais e internacionais, parcerias com instituições de pesquisa, atuação do Ministério Público e transparência das informações. As oportunidades relacionam-se à agenda internacional da OMS, ao alinhamento com inicia-

tivas de enfrentamento às mudanças climáticas, à mobilização da sociedade e ao avanço tecnológico. Como fraquezas, apontam-se a dependência de recursos externos, a cobertura restrita da rede à RMGV, a insuficiência e rotatividade de pessoal, a ausência de meteorologista na equipe, lacunas no monitoramento de fontes móveis, baixa participação do CONSEMA e dificuldades de comunicação com a população. As ameaças incluem mudanças de governo, instabilidade financeira, entraves licitatórios, lacunas regulatórias sobre poeira sedimentável e baixa oferta de empresas especializadas em monitoramento do ar.

Principais Recomendações

- Contratar meteorologista para atuar na política.
- Incluir na apresentação dos dados análises mais aprofundadas.
- Definir prazos para a meta do padrão final de qualidade do ar.
- Elaborar o Plano para Episódios Críticos de Poluição do Ar, conforme CONAMA nº 491/2018.
- Ampliar o controle e monitoramento de fontes móveis e da origem da poeira sedimentável ("DNA do pó").
- Realizar estudos para ampliar a rede de monitoramento, definir normas regionalizadas para poeira sedimentável e adotar medidas de controle da ressuspensão de partículas.
- Integrar os inventários de GEE e de poluentes atmosféricos, promovendo ações sinérgicas entre políticas públicas.

Gás para Mover



Foto: Marcos Azeredo

Caracterização

O Gás para Mover (2023–2025), coordenado pela ARSP, busca ampliar o uso de Gás Natural Veicular e biometano no ES, com foco em corredores logísticos estratégicos no transporte rodoviário. O objetivo é expandir a infraestrutura, estimular investimentos e promover a modicidade tarifária do mercado de gás. O público-alvo inclui frostistas, comerciantes de combustíveis, empresas de conversão, distribuidoras de gás, produtores de biometano e usuários.

Teoria do Programa

A ação está alinhada às metas de redução das emissões de GEE e à transição energética justa que considere competitividade e desenvolvimento regional com sustentabilidade. Destaca o papel do GN como combustível de transição e do biometano como alternativa renovável estratégica, especialmente no setor de transporte, responsável por uma parcela significativa das emissões. A ação busca enfrentar a dependência de combustíveis fósseis, as emissões associadas e a limitada infraestrutura para combustíveis mais limpos, criando ambiente favorável ao mercado. Seu desenho inclui estudos técnicos, regulamentações, articulação institucional e incentivos regulatórios.

Análise Crítica

Entre as forças realçam-se o alinhamento estratégico com políticas climáticas, os regra-

mentos estabelecidos, a criação de condições para aproveitamento e ampliação de infraestrutura de canalização de gás e a articulação entre stakeholders. Entre as fraquezas, destacam-se a ausência de base legal própria, a incerteza quanto ao acompanhamento dos resultados por não ser uma política executiva e a publicidade da ação. As oportunidades incluem a expansão do mercado de gás e biometano no ES, a implementação de novos incentivos, a ampliação da infraestrutura logística sustentável e a assimilação pelo Programa ES+Gás. Já as ameaças relacionam-se às incertezas regulatórias futuras, ao risco de descontinuidade da articulação entre as partes envolvidas e às restrições à mobilização de investimentos públicos e privados.

Principais Recomendações

- Assimilação, acompanhamento e publicidade dos resultados por meio do ES+Gás;
- Manutenção da estratégia coletiva coordenada entre stakeholders por meio do ES+Gás.

A Análise Executiva permitiu, por meio da oferta do evento "Corredores Sustentáveis ES" e da publicação coletiva do Caderno "Corredores Sustentáveis ES: Caminhos para Transição Energética", promovido entre IJSN e ARSP com os principais stakeholders, o fortalecimento da integração e da governança visando à continuidade da estratégia.

Programa Estadual de Sustentabilidade Ambiental e Apoio aos Municípios (PROESAM)



Foto: Rafael Segatto

Caracterização

Criado em abril de 2021, o Programa Estadual de Sustentabilidade Ambiental e Apoio aos Municípios - PROESAM, é coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA, com colaboração do IEMA e AGERH. O programa objetiva promover a sustentabilidade ambiental nos municípios do estado do Espírito Santo por meio da compra de resultados na gestão ambiental municipal.

Teoria do Programa

A descentralização da gestão ambiental, com a criação e/ou fortalecimento de secretarias e órgãos especiais em várias esferas governamentais, é uma estratégia que conduz a um melhor controle das atividades desenvolvidas localmente. A gestão municipal eficaz, além de realização do licenciamento ambiental, necessita da incorporação de outras ações de controle. O PROESAM surge como um programa que contempla o fortalecimento da agenda ambiental em escala municipal, abrangendo temas como controle ambiental, associado aos recursos hídricos, realização de compras sustentáveis, gestão de unidades de conservação, conscientização e educação ambiental, objetivando mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Análise Crítica

O 1º Ciclo do PROESAM apresentou respostas assertivas na gestão ambiental dos municípios, o que pode auxiliar no processo de mitigação às mudanças climáticas, já que incentivou a estrutura das prefeituras e aumentou o corpo técnico dos municípios. Dentre suas forças sobressaem sua robusta estrutura e do-

cumentação, existência de bases legais e recursos financeiros disponíveis. A atuação do gestor, a colaboração da comissão de acompanhamento e as capacitações técnicas merecem destaque. A reduzida equipe do Programa, o que causou atraso no fechamento do Ciclo, e a ausência da garantia de um orçamento específico para a modalidade Investimento Direto, são apontados como fraquezas. Comparando o alcance das metas dos municípios no 1º e 2º interstícios, fica evidente que a mudança da gestão e alterações no quadro técnico municipal configura tanto oportunidades como ameaças, dependendo do maior ou menor engajamento da nova gestão, respectivamente. Alterações de leis e entraves burocráticos foram ameaças também identificadas.

Principais Recomendações

- Programa deve se tornar prioritário, contínuo e de longa duração dentro das políticas estaduais;
- Apresentar maior direcionamento às alterações climáticas (mitigação e adaptação);
- Manter a coordenação e aumentar a equipe executora;
- Diminuir o prazo de extensão de conclusão para no máximo 50% do tempo de duração de cada ciclo.
- Considerar os trâmites burocráticos da fase inicial de cada ciclo dentro do cronograma do programa
- Destinar recursos para a Modalidade de Investimento Direto desde o lançamento do ciclo, já que essa modalidade se mostrou efetiva para a capacitação técnica e aparelhamento dos municípios.

Locação de ativos para geração de energia fotovoltaica



Foto: Banco de Imagens

Caracterização

O projeto Locação de Ativos (jul/2023–dez/2025), coordenado pela SEGER, visa à contratação de serviços de locação de Sistemas de Geração Distribuída solar fotovoltaica, nas modalidades de micro e minigeração, em autoconsumo remoto, com garantia de economia mínima de 8% nos custos de energia das unidades do Governo do ES. O objetivo é reduzir emissões, incentivar energias renováveis, diminuir gastos públicos com eletricidade e servir de referência em boas práticas energéticas.

Teoria do Programa

O projeto aborda o aumento do consumo e dos custos de energia elétrica no Poder Executivo estadual e propõe a locação de ativos de geração solar como solução. A iniciativa demonstra o compromisso do Estado com o consumo consciente, a redução das emissões e a mudança da matriz elétrica. A economia ocorre por meio da compensação dos kWh gerados pelas Centrais Geradoras Fotovoltaicas locadas, que são entregues à EDP-ES, com abatimento dos créditos nas 518 unidades consumidoras de baixa tensão de 11 órgãos e entidades da administração pública. Sendo assim, o objeto é de natureza comum e necessário ao interesse público.

Análise Crítica

Entre as forças destacam-se a redução de gastos públicos com energia elétrica sem recursos adicionais, o modelo de contratação com baixo risco de descontinuidade a longo prazo, a redução de emissões no setor energético, a equipe gestora engajada e a existência de metodologia para me-

dição das emissões evitadas. As oportunidades incluem a integração ao programa Inova SEGER, o crescimento do mercado de energias renováveis, o desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento da indústria nacional e da economia circular. Como fraquezas, observam-se a ausência de regulamentação legal, a falta de governança formal e de publicidade. Entre as ameaças estão a baixa perspectiva de investimentos na expansão da rede elétrica estadual, o monopólio de concessionárias, o alto custo dos equipamentos fotovoltaicos e a instabilidade regulatória.

Principais Recomendações

- Articular com a ANEEL e entes nacionais para ampliar incentivos e assegurar a expansão da rede de distribuição para fontes renováveis.
- Formalizar legalmente o Projeto para garantir sua continuidade a longo prazo.
- Regulamentar o Programa Inova SEGER, definindo normas, competências e a integração da CMERGP e do Projeto Locação de Ativos ao Projeto Laboratório.
- Incorporar indicadores de satisfação do serviço, desenvolvimento econômico e contribuição à transição energética.
- Definir com clareza metas de curto a longo prazo.
- Provisionar orçamento exclusivo e recurso humano da SEGER para o Projeto.
- Divulgar indicadores, resultados e impactos.
- Ampliar a publicidade no âmbito do Inova SEGER e do PCMC.

Programa de desenvolvimento sustentável da cafeicultura do Espírito Santo (PDSCEs)



Foto: Micaelly Rupp

Caracterização

Instituído em 2023, com horizonte de execução até 2032, a política é coordenada pela SEAG, executada em parceria com o Incaper e outros órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa e entidades do setor produtivo. Está estruturada em cinco eixos estratégicos e 27 projetos voltados à adoção de boas práticas ambientais, à capacitação de recursos humanos, à pesquisa e extensão rural, à inclusão social e à agregação de valor, com vistas a consolidar o ES como referência na produção de café, com diversidade, qualidade e sustentabilidade.

Teoria do Programa

Considerando a relevância cultural e econômica da cafeicultura, a iniciativa articula a atuação interinstitucional para enfrentar desafios produtivos, socioeconômicos e ambientais da cadeia cafeeira. Amplia o acesso a recursos financeiros, fortalece instituições e iniciativas em curso, integra parcerias, identifica entraves, promove a inovação, a formação e capacitação de recursos humanos, a valorização da identidade e a competitividade do setor. Busca o aumento da produtividade, a qualificação dos cafés e a adequação socioambiental das propriedades rurais e contribui para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura capixaba e para a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Análise Crítica

A análise crítica evidenciou como forças a base institucional estabelecida e formalizada, a equipe executiva qualificada e com experiência e o alinhamento com o Incaper. As oportunidades estão relacionadas

ao aumento da demanda por cafés certificados, a expansão para o mercado internacional e as iniciativas P&I com foco no café. Como fraquezas destacam-se o Comitê Gestor com o regimento interno em atraso, a dependência de recursos provenientes de editais e fontes externas e a dificuldade na consolidação de algumas parcerias. As ameaças incluem o impacto das mudanças climáticas na produtividade, a escassez de mão de obra qualificada no campo e a flutuação do valor das commodities no mercado.

Principais Recomendações

- Fortalecer o sistema de monitoramento, avaliação e indicadores.
- Consolidar a governança e a coordenação interinstitucional para garantir sustentabilidade financeira e previsibilidade de recursos, através de captação diversificada e aprimorar a comunicação estratégica com linguagem e formatos acessíveis aos produtores e diversos públicos-alvo.
- Priorizar a documentação dos mapeamentos e estudar a possibilidade de integração das plataformas e bases de dados.
- Alinhar ações junto às demais políticas estaduais de mudanças climáticas, sistemas agroflorestais, agricultura de baixo carbono e conservação do solo e da água.
- Fortalecer os projetos de agregação de valor, priorizando ações de acesso direto a mercados diferenciados.
- Fortalecer os projetos do eixo social, em especial as ações de inclusão produtiva, e trabalho digno.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação 2025 | Decreto 5993-R/2025



PESQUISA: ANÁLISE EXECUTIVA DO PROGRAMA CAPIXABA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Órgão finalístico: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA)
Área temática (PPA): Agricultura e Meio Ambiente
Metodologia de pesquisa: Análise Executiva

Início da pesquisa: Outubro/2023
Finalização (previsão): Setembro/2026
Coordenador da pesquisa e equipe: Pablo Medeiros Jabor (IJSN). 11 pesquisadores

A POLÍTICA

O Programa Capixaba de Mudanças Climáticas (PCMC), nasceu em 2023 com o objetivo de coordenar e integrar esforços para materializar os compromissos assumidos pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 9.531/2010), em consonância com as agendas nacional e global. O Programa reúne os Órgãos da Administração Estadual com projetos e iniciativas alinhados com o objetivo de reduzir e estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, mitigar impactos e criar condições para adaptação às alterações do clima e suas consequências, por meio de obras e serviços, informação, cultura e educação.

A PESQUISA

Dos cerca de 70 projetos, ações, planos e programas que compõem o programa, foram elencados 17 do Eixo Mitigação para a Análise Executiva. A seleção considerou políticas concluídas ou em andamento para uma análise rápida realizada através de processos analítico global e integrado. Inicialmente 11 políticas foram elencadas. Em 11/2025 outras 6 foram adicionadas contemplando os temas de mobilidade urbana e agricultura sustentável. O eixo de mitigação prioriza políticas de redução de GEE e/ou captura de carbono e também a inovação tecnológica. Por isso, foram incluídas ações voltadas ao transporte e à agricultura de baixo carbono. A ênfase no setor de transporte é estratégica, pois corresponde por boa parcela das emissões totais do estado.

Análises Concluídas

- Reflorestar;
- Plano de Descarbonização;
- Gerar;
- Mobilidade Elétrica;
- Qualidade Ambiental;

- Gás para Mover;
- PROESAM;
- Locação de ativos;
- Desenvolvimento Sustentável do Café.

Análises em andamento

- Sistema Aquaviário;
- Desenvolvimento sustentável do Leite;
- Energia solar nos terminais e rodoviária;
- Modernização do Sistema Transcol;
- Bicicletas compartilhadas;
- Faixas e ciclovia 3ª Ponte;
- Integração Metropolitana;
- ABC+;
- Análise Integrada.

A Análise Executiva do PCMC tem permitido uma visão integrada das políticas avaliadas e atores envolvidos, contribuindo para o aprimoramento da governança do PCMC.

- 12 órgãos envolvidos até o momento
- 23 entrevistas e reuniões realizadas em 2025
- 17 participações em eventos em 2025

FORÇAS DO PCMC:

- Políticas alinhadas com as agendas nacional e internacional
- Atual protagonismo do estado do Espírito Santo
- Engajamento dos envolvidos nas políticas



Foto: Banco de imagens

Análise Executiva do Programa Qualificar ES



Foto: SECTI

A pesquisa é fruto da parceria entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Leticia Maria Gonçalves Furtado Borestein (IJSN) e conta com mais 6 pesquisadores bolsistas na equipe.

Caracterização da política

O Programa Qualificar ES consiste em uma política pública de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Estado do Espírito Santo, sob coordenação da SECTI. Criado em 2019, o programa foi formalmente instituído por meio da Lei nº 11.903, de 03 de maio de 2021. Sua finalidade é fomentar e executar ações de qualificação profissional, com ênfase no empreendedorismo, na inovação e na empregabilidade, buscando ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e a inserção ou reinserção dos cidadãos no mundo do trabalho.

O público-alvo abrange todos os moradores do Espírito Santo interessados em se qualificar para o mercado de trabalho, com atenção prioritária a grupos socialmente vulneráveis, tais como mulheres,

povos indígenas e pessoas residentes em territórios atendidos pelo Programa Estado Presente.

As formações são ofertadas nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, organizadas nos eixos de ambiente e saúde; desenvolvimento educacional e social; estética; informação e comunicação; infraestrutura; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; produção alimentícia; produção cultural e design; segurança; e produção industrial.

Atualmente, o Programa Qualificar ES conta com a colaboração e parcerias de diversas instituições e órgãos governamentais, prefeituras, iniciativa privada e entidades da sociedade civil, com o propósito de contribuir para a prevenção da criminalidade, a promoção da autoestima, do senso de pertencimento local e a melhoria de condições de vida dos moradores dos bairros atendidos.

Política pública de qualificação profissional que amplia empregabilidade, renda e inclusão social no Espírito Santo.

Panorama da pesquisa

A Análise Executiva do Programa Qualificar ES teve início em dezembro de 2024, sendo um tipo de avaliação ex post, ou seja, quando a política pública está em andamento. Seus benefícios incluem a análise dos elementos de funcionamento do Qualificar ES, sobretudo com vistas ao aprimoramento do Programa e melhoria da qualidade do gasto público. Com as informações em mãos, a gestão poderá utilizá-las no planejamento das ações, no monitoramento de indicadores e na avaliação futura do Programa, por conseguinte contribuir para a melhoria das entregas aos beneficiários do Qualificar ES.

A avaliação ainda prevê a escuta da equipe técnica e dos beneficiários. Assim, a gestão terá a oportunidade de conhecer a impressão dos agentes envolvidos na oferta, o que contribui para o aperfeiçoamento dos processos e o surgimento de proposições inovativas, além de valorizar a equipe técnica do Programa. Já a coleta da percepção dos beneficiários auxilia o estreitamento entre a oferta e a necessidade do público-alvo, seja pela melhoria do produto final ou dos processos necessários a essa entrega.

A fim de cumprir o objetivo da pesquisa, já foram concluídas e entregues as etapas de caracterização da política, diagnóstico do problema

com inclusão da árvore de problemas, desenho da política com a elaboração do modelo lógico e as entrevistas com os gestores do programa.

Os próximos passos a serem executados envolvem o mapeamento dos processos, a avaliação da percepção dos beneficiários, a análise dos resultados e, por fim, a análise crítica, que deve culminar na formulação de recomendações. Em resumo, essas etapas consistirão: 1) no levantamento e análise de dados dos processos envolvidos em sua implementação; 2) na escuta dos beneficiários; 3) na investigação dos resultados do Programa em termos da oferta de cursos e do atendimento efetivo à população-alvo, por exemplo; 4) na análise crítica sobre o funcionamento e os resultados do Programa; 5) e, por último, na elaboração de recomendações, visando à correção de problemas e à melhora dos resultados.

A Análise Executiva do Programa Qualificar ES produz evidências estratégicas para o aprimoramento da política pública, qualificando o gasto, fortalecendo a tomada de decisão e aproximando a oferta do Programa das necessidades reais dos beneficiários.



Foto: SEJUS

CRONOGRAMA

2024

- **Início da pesquisa:** 1ª Reunião do Grupo Executivo de Trabalho - Programa Qualificar ES e contratação de bolsistas;

2025

- **Caracterização da política:** revisão bibliográfica e levantamento documental;
- **Diagnóstico do problema:** identificação do problema a ser combatido e/ou minimizado;
- **Desenho da política:** desenvolvimento de Modelo Lógico e indicadores;
- Entrevistas com os gestores;
- **Divulgação:** publicação de Relatório Anual de Atividades do SIMAPP e elaboração de relatório parcial da FAPES;

2026

- **Análise dos processos:** identificação dos aspectos que promovem ou dificultam a efetividade da política;
- Entrevistas com professores e alunos;
- **Resultados da política:** análise do desempenho da política quanto a produtos, resultados, público-alvo e custos;
- **Percepção dos beneficiários:** escuta dos beneficiários sobre o desempenho, satisfação e resultados do Programa;
- **Análise crítica:** realização da análise SWOT;
- **Publicação de dados:** desenvolvimento e publicação do Painel Interativo de BI;
- **Recomendações:** desenvolvida para corrigir os problemas e melhorar os resultados;
- **Resultados:** Seminário de apresentação dos resultados obtidos;
- **Divulgação:** publicação de Relatório Anual de Atividades do SIMAPP e elaboração de relatório final da FAPES.

Resultados parciais

A análise executiva reúne ferramentas que permitem avaliar o desempenho da política pública quanto à entrega dos produtos planejados, ao alcance dos resultados esperados, à cobertura e focalização do público-alvo e aos custos em todas as fases de implementação. As práticas de monitoramento e avaliação (M&A) produzem evidências sobre a efetividade das políticas públicas.

Entre as entregas previstas estão: caracterização da política, diagnóstico do problema, construção do modelo lógico (desenho do programa), análise dos processos, percepção dos beneficiá-

rios, análise dos resultados, análise crítica com matriz SWOT e recomendações.

O projeto também contempla a elaboração de painéis de Business Intelligence (BI), com o objetivo de apoiar a gestão dos dados administrativos do Qualificar ES. Essa ferramenta fortalece o planejamento e o monitoramento do Programa, além de ampliar a divulgação dos resultados, a transparência dos gastos públicos e a comunicação com a população capixaba.

Por fim, ressalta-se que as etapas de caracterização do Programa Qualificar ES, diagnóstico do problema e desenho já foram realizadas e parcialmente entregues à gestão do Programa.

Mais de 82.500 matrículas efetivadas nos cursos presenciais

Mais de 69.000 certificados emitidos nos cursos presenciais

Alcançou os 78 municípios do Estado

PESQUISA: ANÁLISE EXECUTIVA DO PROGRAMA QUALIFICAR ES

Órgão finalístico: Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI)
Área temática (PPA): Desenvolvimento Econômico e Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo
Metodologia de pesquisa: Análise Executiva

Início da pesquisa: Dezembro/2024

Finalização (previsão): Outubro/2026

Coordenador da pesquisa e equipe: Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein (IJSN). 6 pesquisadores.

A política

O Programa Qualificar ES é uma iniciativa de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do estado do Espírito Santo, criada em 2019 e formalmente instituída por Lei em 2021. Sua finalidade é fomentar e executar ações de qualificação profissional, buscando ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e a inserção ou reinserção dos cidadãos no mundo do trabalho. Tem como público-alvo todos os moradores do estado, com prioridade para grupos socialmente vulneráveis: mulheres, povos indígenas e pessoas residentes em territórios atendidos pelo Programa Estado Presente. Atualmente, possui colaboração e parcerias com diferentes instituições e órgãos governamentais, prefeituras, setor privado e sociedade civil.

A pesquisa

A pesquisa segue as etapas da Análise Executiva, com o intuito de levantar, gerar e documentar evidências sobre o Programa. A fim de cumprir o objetivo da pesquisa, já foram concluídas e entregues as etapas de caracterização da política, diagnóstico do problema com inclusão da árvore de problemas, desenho da política com a elaboração do modelo lógico e as entrevistas com os gestores do programa. Os próximos passos a serem executados envolvem o mapeamento dos processos, a avaliação da percepção dos beneficiários, a análise dos resultados e, por fim, a análise crítica, que deve culminar na formulação de recomendações.

Atividades Concluídas

- Caracterização da política: revisão bibliográfica e levantamento documental.
- Diagnóstico do problema: identificação do proble-

ma a ser combatido e/ou minimizado.

- Desenho da política: desenvolvimento de Modelo Lógico e indicadores.
- Entrevistas com os gestores.

Atividades em Andamento e Previstas

- Análise dos processos: identificação dos aspectos que influenciam a efetividade da política.
- Entrevistas com professores e alunos.
- Análise do desempenho da política quanto a produtos, resultados, público-alvo e custos.
- Escuta dos beneficiários sobre o desempenho, satisfação e resultados do Programa.
- Análise crítica: realização da análise SWOT.
- Desenvolvimento e publicação do Painel Interativo de BI.
- Produção de recomendações, para corrigir problemas e melhorar os resultados da política.

Todas as etapas envolvem entregas parciais tanto à FAPES como à SECTI; e, ao final da pesquisa, estão previstas ações de divulgação dos resultados tanto com a publicação de relatório final, como com a organização de um Seminário.

DESTAQUES DO PROGRAMA:

- Mais de 82.500 matrículas efetivadas nos cursos presenciais
- Mais de 69.000 certificados emitidos nos cursos presenciais
- Alcançou os 78 municípios do Estado



Foto: Banco de imagens

Análise dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Espírito Santo

A pesquisa é resultado da parceria entre a Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP), com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

A coordenação do projeto é realizada por Mariana Paim Rodrigues (IJSN) e conta com 5 pesquisadores bolsistas e 2 pesquisadoras técnicas do IJSN, compondo a equipe.

Caracterização da política

A ARSP exerce papel central na regulação, fiscalização e normatização desses serviços, conforme a Lei Complementar nº 827/2016 e a Lei nº 1.057/2023. Considerando a heterogeneidade dos modelos municipais de gestão, a pesquisa tem como finalidade realizar um diagnóstico dos serviços de Limpeza Urbana (LU) e Manejo de Resíduos Sólidos (MRS) nos municípios conveniados à ARSP, sendo selecionados para esta pesquisa: Cariacica, Serra, Fundão, Domingos Martins e Conceição do Castelo.

A caracterização da política pública foi construída a partir da sistematização do arcabouço legal nos âmbitos nacional, estadual e municipal. A Lei Federal nº 11.445/2007 instituiu as diretrizes nacionais do saneamento básico, estabelecendo a base normativa do setor. Em nível estadual, a Lei nº 9.264/2009 instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos, alinhando o Espírito Santo às diretrizes federais. A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional

de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, consolidou princípios como responsabilidade compartilhada, logística reversa e planejamento municipal por meio dos PMGIRS. O Novo Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) reforçou metas, planejamento e eficiência na prestação dos serviços, sendo complementado pelo Decreto nº 10.936/2022, que atualizou os instrumentos operacionais e de governança. Mais recentemente, a Resolução ANA nº 187/2024 estabeleceu diretrizes regulatórias para a organização, qualidade e regulação dos serviços.

De forma geral, observa-se que o arcabouço normativo evoluiu progressivamente, partindo da definição de diretrizes estruturantes para a consolidação de instrumentos operacionais e regulatórios. Esse processo evidencia a transição de uma abordagem centrada no planejamento para um modelo voltado à execução, monitoramento e regulação dos serviços, com implicações diretas para a organização institucional, sustentabilidade financeira e melhoria da prestação dos serviços públicos nos municípios analisados.

Política pública de promoção da eficiência operacional, sustentabilidade e qualidade na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Espírito Santo.



Panorama da pesquisa

A Análise dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Espírito Santo teve início em agosto de 2025, sendo uma avaliação do tipo ex post, ou seja, quando a política pública está em andamento. A questão central da pesquisa está baseada na necessidade de promover a eficiência e a qualidade dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Estado do Espírito Santo. Visto que, esses serviços são essenciais para garantir saúde pública, bem-estar social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento urbano.

A pesquisa busca identificar desafios, apontar oportunidades de aprimoramento e propor estratégias para o aumento da eficiência operacional e da sustentabilidade financeira dos serviços, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública municipal e a qualificação dos serviços prestados à população.

A avaliação será pautada na percepção dos gestores e técnicos municipais sobre os serviços prestados. A partir dos resultados, a ARSP terá a oportunidade de conhecer como os agentes envolvidos compreendem todo processo que envolve a questão do manejo dos resíduos sólidos e limpeza urbana, o que contribui para o aperfeiçoamento dos processos e o surgimento de proposições inovadoras.

Dessa forma, os resultados da pesquisa contribuirão não apenas para a melhoria da capaci-

dade de planejamento e gestão dos municípios, mas também para o cumprimento de metas ambientais e sociais.

A fim de cumprir o objetivo da pesquisa, já foram concluídas e entregues as etapas de caracterização da política, esboço preliminar da árvore de problemas, agendamento de entrevistas com os gestores públicos e questionário a ser utilizado nas entrevistas com os municípios.

Os próximos passos a serem executados envolvem as entrevistas presenciais com os gestores locais, nos 5 municípios conveniados com a ARSP, organização dos dados coletados, visitas nas unidades que realizam os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, mapeamento da infraestrutura disponível e análise da cobertura dos serviços prestados, investigação das práticas de coleta seletiva, transporte e destinação final dos resíduos sólidos, a análise dos resultados e, por fim, a análise crítica, que deve culminar na formulação de recomendações.

A Análise dos Serviços Públicos de LU e MRS no Espírito Santo foca em regulação por evidências e eficiência. O modelo garante transparência e serviços sustentáveis, respondendo melhor às demandas sociais.

CRONOGRAMA

2025

- **Início da Pesquisa:** 1ª Reunião do Grupo Executivo de Trabalho (Agosto/2025);
- Pesquisa bibliográfica, documental e normativa;
- Levantamento e sistematização de dados secundários (SINISA, MUNIC e Censo 2022);
- Nivelamento metodológico e temático da equipe;
- Caracterização da política a partir das legislações e normativas;
- Diagnóstico do problema a partir dos dados secundários e dos Planos Municipais;

2026

- Entrevista com gestores (Cariacica, Serra e Fundão);
- Sistematização dos resultados qualitativos das reuniões com gestores;
- Entrevista com gestores (Domingos Martins e Conceição do Castelo);
- Construção do Painel Monitoramento Interativo (seleção de indicadores, layout, testagem);
- Entrevista com a ARSP;
- Grupos de Trabalho para construção do Modelo Lógico;
- Análise das Estruturas Tarifárias;
- Análise Crítica – Matriz SWOT;
- Recomendações.

Resultados parciais

Durante o ciclo de 2025, a pesquisa concentrou-se na estruturação teórica e diagnóstica, com revisão documental e bibliográfica organizada nos eixos teórico-conceitual e legal-institucional, culminando no produto "Workshop Marco Legal do Saneamento e Resíduos Sólidos", e na extração e análise de dados secundários (SINISA, MUNIC e Censo Demográfico 2022 – IBGE) e primários (planos municipais - PMGIRS e PMSB).

Em síntese, os dados, analisados por município e comparados às médias do Brasil, Sudeste e Espírito Santo, evidenciaram que Serra e Cariacica apresentaram maiores índices de cobertura da coleta de lixo, superando médias regionais, enquanto a coleta seletiva se mostra incipiente quando comparados às médias do Sudeste e do Brasil. Apesar do avanço, o estado ainda destina 0,6% dos resíduos para lixões e 1,3% para aterros controlados, reforçando a necessidade de aprimoramento dos sistemas municipais.

Ação/Etapa	Resultados
1ª Reunião do Grupo Executivo de Trabalho - SEP, SEGER, ESESP, IJSN e ARSP, e contratação de bolsistas	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento sobre o início da pesquisa, definindo objetivos, etapas, prazos e responsabilidades das partes envolvidas.
Pesquisa bibliográfica e documental	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento e revisão bibliográfica. Inventário normativo e legal.
Levantamento de dados secundários	<ul style="list-style-type: none"> Extração e sistematização de dados secundários (bases de dados: SINISA, MUNIC e Censo Demográfico 2022 – IBGE). Parametrização de dados qualitativos (PMGIRS/MSB).
Pesquisa documental	<ul style="list-style-type: none"> Fichamento documental.
Reunião de nivelamento da equipe	<ul style="list-style-type: none"> Leitura e discussão do referencial teórico e da metodologia SiMAPP.
Diagnóstico do problema	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização dos dados (bases de dados: SINISA, MUNIC e Censo Demográfico 2022 – IBGE).
Levantamento de dados governamentais	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação de dados relacionados ao tema junto à ARSP e prefeituras municipais.
Nivelamento Temático da equipe	<ul style="list-style-type: none"> Realização do “Workshop Marco Legal do Saneamento e Resíduos Sólidos” onde foram abordados os seguintes temas: Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Marco legal do saneamento, resíduos sólidos e glossário técnico.
Caracterização da política	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de legislações e normas.
Arcabouço Legal	<ul style="list-style-type: none"> Linha do tempo da legislação de resíduos sólidos e saneamento (Nacional, Estadual e Municipal).
Diagnóstico do problema	<ul style="list-style-type: none"> Sistematização dos dados (bases de dados: SINISA, MUNIC e Censo Demográfico 2022 – IBGE). Sistematização dos Planos Municipais (PMGIRS/MSB). Árvore de Problemas.
2ª Reunião do Grupo Executivo de Trabalho - SiMAPP Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação do projeto de pesquisa SIMAPP Resíduos Sólidos e da equipe técnica. Agendamento de reunião com a ARSP para apresentação dos produtos em elaboração.
Reuniões	<ul style="list-style-type: none"> ARSP (05/12/2025) – apresentação e validação dos produtos: versão preliminar do questionário para a entrevista com os municípios e árvore de problemas. Prefeituras (Cariacica – 16/12/2025, Conceição do Castelo – 18/12/2025 e Serra – 19/12/2025) – apresentação do projeto de pesquisa SiMAPP Resíduos Sólidos e de sua equipe técnica e agendamento das visitas presenciais aos municípios para a realização da entrevista.
Elaboração do questionário para a entrevista com os 5 municípios conveniados	<ul style="list-style-type: none"> Instrumento de coleta de dados (questionário de entrevista) elaborado e validado.
Análise de Conformidade Regulatória	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento e análise das normativas regulatórias NR ANA nº 7/2024 e Resolução ANA nº 276/2025.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação 2025 | Decreto 5993-R/2025



PESQUISA: ANÁLISE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESPÍRITO SANTO

Órgão finalístico: Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP)
Área temática (PPA): Infraestrutura
Metodologia de pesquisa: Análise Executiva

Início da pesquisa: Agosto/2025
Finalização (previsão): Outubro/2026
Coordenador da pesquisa e equipe: Mariana Paim Rodrigues (IJSN). 7 pesquisadores.

A Política

A caracterização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos segue o arcabouço normativo: Lei Federal nº 11.445/2007 (diretrizes nacionais do saneamento básico); Lei Estadual nº 9.264/2009 (instituição da Política Estadual de Resíduos Sólidos); Lei nº 12.305/2010 (instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010); Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento Básico, complementado pelo Decreto nº 10.936/2022); e a Resolução ANA nº 187/2024 (diretrizes regulatórias para a organização, qualidade e regulação dos serviços). A ARSP exerce papel central na regulação, fiscalização e normatização desses serviços, conforme a Lei Complementar nº 827/2016 e a Lei nº 1.057/2023.

A Pesquisa

A pesquisa tem como questão central a necessidade de promover a eficiência e a qualidade dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Estado do Espírito Santo. Para tanto, realiza o diagnóstico dos serviços nos municípios conveniados à ARSP, sendo selecionados para esta pesquisa: Cariacica, Serra, Fundão, Domingos Martins e Conceição do Castelo. Busca identificar desafios, apontar oportunidades de aprimoramento e propor estratégias para o aumento da eficiência operacional e da sustentabilidade financeira dos serviços, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública municipal e a qualificação dos serviços prestados à população.

Atividades Concluídas

- Levantamento, revisão bibliográfica e inventário normativo e legal;
- Extração e sistematização de dados secundários, com parametrização de dados qualitativos;

- Elaboração da caracterização da política e arcabouço legal;
- Elaboração do diagnóstico do problema;
- Entrevistas com técnicos/gestores nos municípios de Cariacica, Conceição de Castelo e Serra.

Atividades em Andamento e Previstas

- Entrevistas com Gestores Municipais e sistematização de dados qualitativos;
- Descrição e análise do conteúdo qualitativo;
- Elaboração do Painel Interativo de monitoramento (seleção de indicadores, desenho, teste);
- Criação de GTs entre pesquisadores e técnicos municipais;
- Análise SWOT para elaboração das recomendações.

As análises preliminares revelam que entre os cinco municípios pesquisados, Serra e Cariacica se destacam com os maiores índices de cobertura do serviço de coleta de lixo, superando as médias regionais.

Quanto à composição e destinação final de resíduos, **o Espírito Santo se destaca quando comparado às médias nacionais e do Sudeste, com 98,1% da destinação final dos resíduos sólidos em aterros sanitários.** Apesar do avanço, o estado ainda destina 0,6% dos resíduos para lixões e 1,3% para aterros controlados.

Todos os resultados vêm sendo apresentados e alinhados junto à ARSP, a fim de, posteriormente serem identificadas recomendações para aprimoramento dos serviços.



Foto: SEDU

Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral

A pesquisa é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDU), com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Kiara de Deus Demura (IJSN) e conta com mais 5 pesquisadores bolsistas na equipe.

Caracterização da política

A oferta de educação em tempo integral (ETI) na rede estadual de ensino é gerida pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e iniciou em 2015 com 1 escola de Ensino Médio em Turno Único (9h30). Desde 2016 conta com vagas também para o Ensino Fundamental e está em expansão na rede estadual capixaba a fim de atender à meta 6 do Plano Estadual de Educação (PEE), o qual prevê ao menos 25% dos estudantes do público alvo em jornada de tempo integral e, pelo menos, 50% das escolas com no mínimo 25% dos estudantes do público alvo em jornada de tempo integral, ou seja, uma média mínima de 7h diárias.

De acordo com o art. 1º da Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, o objetivo da ETI passou a ser “ampliar o tempo de permanência

dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas unidades escolares públicas estaduais” (ESPÍRITO SANTO, 2019). Uma das inovações apresentadas para as escolas do programa a partir de 2020² é a educação em tempo integral de 7h integrada ao Ensino Técnico. Assim, além das vagas de 9h30, os estudantes podem optar por escolas de 7h, se preparar para o mundo do trabalho e usufruir do currículo diferenciado com as Disciplinas Integradoras.

Em 2024, havia 180 escolas no programa e, em 2025, o total chegou a 211 unidades espalhadas em todo o território capixaba. Desse total, 60 escolas iniciaram no programa com o modelo de 9h30, cerca de 149 escolas começaram com oferta de ETI de 7h e 2 escolas com ambas as ofertas. Atualmente, em 2026, o total aumentou para 231 escolas.

Iniciada em 2015, a educação em tempo integral da rede estadual conta com 231 escolas em 2026.

²Portaria SEDU nº 145-R, de 19 de dezembro de 2019.



Foto: Banco de imagens

Panorama da pesquisa

A avaliação do programa Escola em Tempo Integral, durante 2025, remodelou a etapa do Diagnóstico Preliminar dividindo as ações entre a parte quantitativa e descritiva e a outra denominada de Avaliação Qualitativa.

No diagnóstico quantitativo e descritivo, o projeto focou em verificar a expansão da oferta de Educação em Tempo Integral (ETI) na rede estadual e na aplicação de testes estatísticos, cujo intuito era verificar indícios de efeito do programa sobre o aprendizado em língua portuguesa e matemática dos estudantes dos ensinos fundamental e médio. Ademais, como suposição da avaliação da ETI ocorrida entre 2018 e 2022, observou-se também se o tempo de implementação do programa contribuía para aumentar comparativamente os resultados do tempo integral em relação ao parcial.

Quanto à Avaliação Qualitativa, esta parte en-

volveu a elaboração dos roteiros das entrevistas com os gestores e grupos focais com estudantes e professores, bem como a produção dos documentos necessários à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Mediante a aprovação do Comitê de Ética, deu-se prosseguimento aos alinhamentos com a Sedu e as escolas participantes das atividades de campo da pesquisa. Essa ação foi imprescindível para informar aos superintendentes de educação, diretores de escola e até aos gestores da Sedu que não acompanham o projeto diretamente sobre a avaliação do tempo integral, os objetivos e como seriam as visitas às escolas, além de averiguar quais datas seriam possíveis para não comprometer o cronograma de aulas e avaliações externas.

Cabe ressaltar que as escolas foram selecionadas a partir de critérios objetivos por meio do pareamento probabilístico, 1 do tempo integral e 1 do tempo parcial, assim sendo ao menos uma dupla de escolas

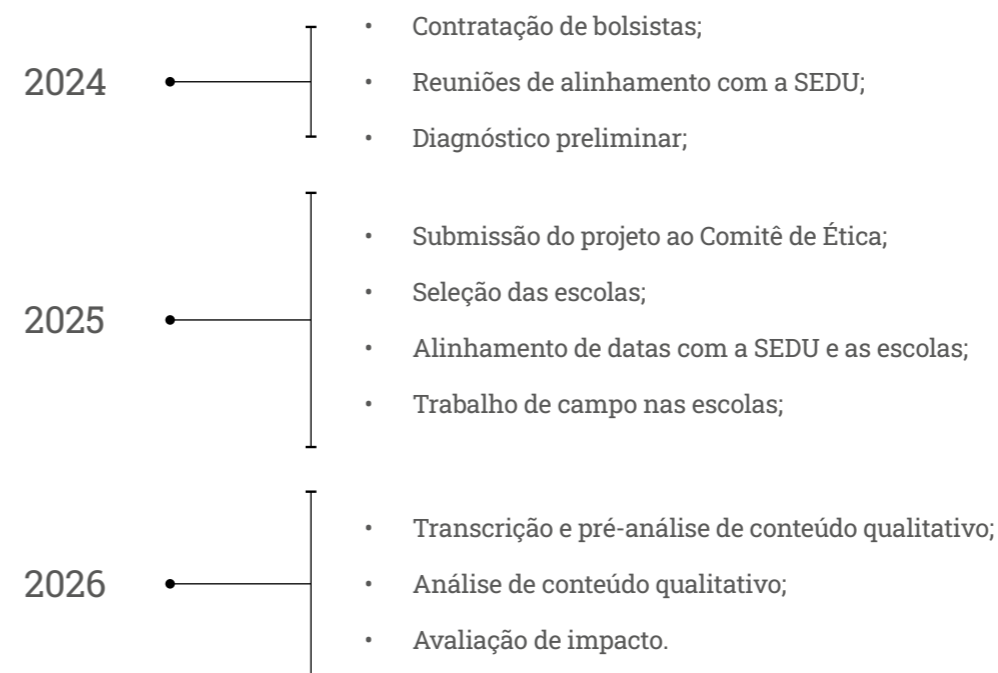
por Superintendência Regional de Educação (SRE). Para garantir a veracidade das informações e obter resultados confiáveis sobre a educação, o funcionamento do programa e a impressão dos participantes, apenas as escolas selecionadas receberam o comunicado de intenção da pesquisa. Portanto, as escolas visitadas não foram divulgadas para a Sedu e nem para agentes externos à pesquisa.

Os próximos passos da avaliação da ETI envolvem a análise dos conteúdos das entrevistas e grupos focais, além da avaliação de impacto propriamente dita e embasada nos dados levantados até o momento. Com previsão para encer-

ramento em setembro de 2026, os resultados produzidos devem ser incorporados a relatórios de pesquisa, mas já estão sendo compartilhados com a Sedu e os membros do Grupo Executivo do SiMAPP que acompanham a pesquisa.

Em 2025 o projeto avançou tanto na Avaliação Qualitativa do programa quanto nas análises quantitativas dos efeitos da ETI sobre o aprendizado dos estudantes da rede estadual.

CRONOGRAMA



Resultados parciais

Entre os meses de agosto e dezembro de 2025, foram visitadas 23 escolas em 15 municípios do Espírito Santo. Sobre os gestores, foram entrevistados 31 servidores. Sobre os grupos focais, participaram 208 professores e 300 estudantes. Com a autorização dos participantes, as interações foram gravadas para utilização na pesquisa. Ao todo, são 73 horas e meia de áudio e 71 transcrições concluídas.

Em relação às análises quantitativas, os testes preliminares verificaram diferença estatística

positiva para as escolas do tempo integral no modelo de 9h30 em comparação com as escolas de tempo parcial do ensino médio. No ensino fundamental não foram obtidos resultados estatisticamente significativos. Quanto ao tempo de implantação do modelo, apenas foi encontrada relevância para língua portuguesa do Paebs 2024 para o ensino médio.

É importante destacar que os resultados acima não são definitivos e que servem como uma bússola para a avaliação de impacto, na qual os modelos de inferência causal devem incluir outras variáveis relevantes para explicar os resultados de proficiência.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação 2025 | Decreto 5993-R/2025



PESQUISA: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Órgão finalístico: Secretaria de Estado da Educação (SEDU);

Área temática (PPA): Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Metodologia de pesquisa: Avaliação de Impacto;

Início da pesquisa: Janeiro/2025;

Finalização (previsão): Setembro/2026;

Coordenador da pesquisa e equipe: Kiara de Deus Demura (IJSN). 5 pesquisadores.

A Política

A oferta de educação em tempo integral (ETI) na rede estadual de ensino se iniciou em 2015 e apresentou-se em constante expansão para atender à meta 6 do Plano Estadual de Educação. Desde 2019, o objetivo do programa passou a ser de ampliar o tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de crianças, adolescentes e jovens. Após 2020, apresentou a jornada de 7h integrada ao Ensino Técnico. Assim, além da oferta de vagas de 9h30, os estudantes podem optar por uma menor carga horária e usufruir do currículo diferenciado com as disciplinas integradoras. Atualmente, o Espírito Santo conta com 231 escolas em todo o território estadual.

A Pesquisa

A avaliação do programa Escola em Tempo Integral, durante 2025, passou a dividir as ações de diagnóstico em duas partes: uma quantitativa e descritiva, e outra qualitativa. No diagnóstico quantitativo e descritivo, o projeto focou em verificar a expansão da oferta de ETI na rede estadual e na aplicação de testes estatísticos, cujo intuito era verificar indícios de efeito do programa sobre o aprendizado em língua portuguesa e matemática dos estudantes dos ensinos fundamental e médio. A avaliação qualitativa envolveu a elaboração de roteiros de entrevistas com os gestores e grupos focais com estudantes e professores, produzindo documentos necessários à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Atividades Concluídas

- Submissão do projeto ao Comitê de Ética;
- Realização do diagnóstico preliminar;
- Seleção das escolas para pesquisa de campo;
- Alinhamento de datas com a Secretaria de Educação e com as escolas;

- Realização das entrevistas e Grupos Focais nas escolas;
- Transcrição e pré-análise do conteúdo qualitativo.

Atividades em Andamento e Previstas

- Desenvolvimento da análise do conteúdo qualitativo;
- Realização da avaliação de impacto, considerando os dados, variáveis e métodos selecionados.

As escolas foram selecionadas a partir de critérios objetivos, sendo ao menos uma dupla de escolas por Superintendência Regional de Educação (1 integral e 1 parcial).

Números alcançados com as atividades de campo (qualitativo):

- 23 Escolas visitadas em 15 municípios do Espírito Santo.
- 31 servidores entrevistados.
- 208 Professores e 300 estudantes participaram de grupos focais.
- 73 horas e meia de áudio e 71 transcrições realizadas.

Com relação às análises quantitativas, os testes verificaram diferença estatística positiva para as escolas do tempo integral no modelo de 9h30 em comparação com as escolas de tempo parcial do ensino médio. No ensino fundamental não foram obtidos resultados estatisticamente significativos.

Os resultados são preliminares e servem como base para realização da avaliação de impacto, que deve considerar outras variáveis para explicar os resultados de proficiência.



Impacto do Programa Estado Presente na Taxa de Homicídios no Espírito Santo: Uma Avaliação Quantitativa e Qualitativa

A pesquisa é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Sérgio Krakowiak (IJSN) e conta com mais um pesquisador bolsista na equipe.

Caracterização da política

O Programa Estado Presente é uma política transversal voltada à redução da criminalidade violenta, em especial os crimes letais. Implementado pelo Governo do Espírito Santo em 2011 e fundamentado no conceito de “Segurança Cidadã” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adota uma abordagem integrada em dois eixos: proteção policial e proteção social. Após um primeiro ciclo (2011–2014), na primeira gestão do governador Renato Casagrande, a política foi retomada em 2019, em seu segundo mandato.

O eixo de proteção policial promove repressão qualificada ao crime, tendo como princípio orientador a preservação da vida. Sua estratégia envolve a desarticulação de organizações crimi-

nosas e operações com o menor grau possível de letalidade, investindo em inteligência policial, sistemas tecnológicos – como o Cerco Inteligente de videomonitoramento – e na integração entre instituições do sistema de justiça criminal, como as Polícias Civil, Militar e Penal, as Guardas Municipais, as Polícias Federal e Rodoviária, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

O eixo de proteção social reconhece a violência como fenômeno multicausal, influenciado por fatores como pobreza, desigualdade social, desemprego e fragilização de instituições basilares, como a escola e a família. Para enfrentar essas condições, investe em educação, esporte, cultura, qualificação profissional e empreendedorismo, por meio de iniciativas como os Centros de Referência das Juventudes (CRJs), o Qualificar ES, a Escola Viva, Rede Abraço, entre outras.

O Programa Estado Presente é uma política transversal voltada à redução da criminalidade violenta, em especial os crimes letais.

Panorama da pesquisa

No ciclo 2025, a pesquisa estimou o impacto do Programa Estado Presente sobre a taxa de homicídios no Espírito Santo por meio de métodos econométricos quase-experimentais. A abordagem adotada combina Pareamento por Escore de Propensão Ponderado com Diferença em Diferenças (DiD) aplicado a dados em painel, implementada com o pacote PanelMatch, na linguagem R.

O pareamento é uma técnica estatística que permite construir um grupo de controle como base de comparação para o grupo tratado – os dez municípios priorizados pelo programa. Esse grupo de controle é composto por unidades sintéticas, construídas a partir de municípios de outros estados não expostos a políticas semelhantes, de modo a apresentar características muito próximas às do grupo tratado em cinco variáveis reconhecidas pela literatura como determinantes da taxa de homicídios: o percentual de homens jovens negros na população, o PIB per capita, a taxa de abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental, a taxa de mortalidade infantil e a taxa de tentativas de homicídio por arma de fogo. Essa metodologia permite estimar o efeito isolado da política, neutralizando fatores de confusão que poderiam distorcer os resultados.

A qualidade do pareamento foi verificada. Todas as variáveis no grupo de controle apresentaram

diferenças inferiores a 0,1 desvio padrão em relação ao grupo tratado nos três anos pré-intervenção, atestando sua adequação como contrafactual – o cenário que seria observado caso o Espírito Santo não fosse submetido à política.

Com o contrafactual estabelecido, o impacto foi calculado pela lógica de Diferença-em-Diferenças, comparando-se a variação da taxa de homicídios no grupo tratado (antes e depois da política) com a variação no grupo de controle no mesmo período. A diferença entre essas variações isola o efeito atribuível ao programa.

Os resultados foram apresentados em congressos científicos nacionais e internacionais ao longo de 2025, incluindo o Encontro Nacional da ANPEC, o SemeAD-USP, o Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a International Conference on Business, Management and Economics (ICBME), em Paris.

Paralelamente ao eixo quantitativo, a pesquisa desenvolveu um componente qualitativo por meio de um podcast com seis episódios de aproximadamente uma hora, com entrevistas de figuras-chave do programa. Os temas abordados incluíram as origens e o desenho do programa, a repressão policial qualificada, educação e tecnologia, direitos humanos e proteção social, políticas sobre drogas e inteligência policial. Participaram das gravações o governador Renato Casagrande, o Secretário de

Economia e Planejamento Álvaro Duboc, o Secretário de Segurança Pública Leonardo Damasceno, o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Renato Sérgio de Lima, o Secretário de Educação Vitor de Angelo, o Secretário de Ciência e Tecnologia Bruno Lamas, a Secretária de Direitos Humanos Nara Borgo e a diretora executiva do Instituto Souza Paz Carolina Ricardo, entre outros.

O projeto também participa, junto à TVE, da elaboração de um documentário sobre o Programa Estado Presente. Além disso, está produzindo

um documentário sobre o IJSN e o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SIMAPP), no qual esta pesquisa é apresentada como um caso emblemático.

Essa metodologia permite estimar o efeito isolado da política, neutralizando fatores de confusão que poderiam distorcer os resultados.

CRONOGRAMA

2024

- Contratação de bolsistas;
- Revisão da literatura;
- Coleta e tratamento de dados;
- Programação de scripts em R;
- Análise de dados e de estatísticas descritivas;

2025

- Estimação dos modelos econométricos;
- Testes de violação de pressupostos de estimação e de robustez das estimativas;
- Escrita dos artigos científicos;
- Realização de entrevistas em Podcast com figuras-chave do programa;
- Participação em congressos científicos nacionais e internacionais (ANPEC, SemeAD-USP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ICBME-Paris);
- Apoio na construção do roteiro do documentário sobre o Programa Estado Presente;
- Concepção e gravação do documentário sobre o IJSN/SIMAPP;

2026

- Editoração das imagens do documentário sobre o IJSN/SIMAPP;
- Relatório Final de Pesquisa;
- Publicação do Relatório Anual do SiMAPP.



Foto: SESP

Resultados parciais

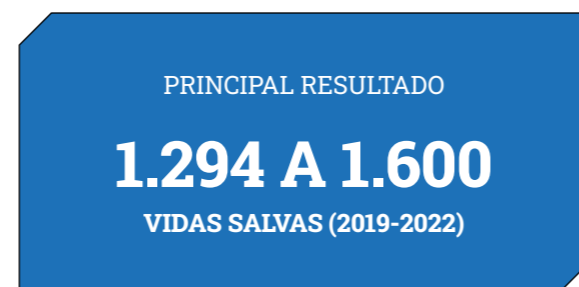
Os resultados demonstram que o Programa Estado Presente gerou impactos expressivos na redução das taxas de homicídio. Com 95% de confiança, as estimativas indicam reduções estatisticamente significativas de 39,4% na taxa de homicídios em 2020 e de 45,1% em 2022, em relação ao cenário contrafactual, sem o programa.

Em termos absolutos, estima-se que entre 1.294 e 1.600 homicídios tenham sido evitados no período de 2019 a 2022, a depender do nível de confiança considerado (95% ou 90%, respectivamente). Os municípios com maior número de vidas salvas foram Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória, que juntos respondem por aproximadamente 70% do total de vidas poupadas.

O padrão temporal dos impactos revela quedas progressivamente mais acentuadas na taxa de homicídios ao longo do tempo, com exceção de 2021, quando o pico da pandemia de Covid-19 comprometeu a capacidade operacional das forças de segurança. Esse fortalecimento gradual

dos efeitos é característico de intervenções complexas e intersetoriais, cujos resultados tendem a se intensificar à medida que seus componentes vão sendo implementados e amadurecidos.

Os achados confirmam a efetividade do programa e oferecem evidências robustas em favor de políticas de segurança cidadã que conciliam repressão policial qualificada e proteção social em territórios vulneráveis. A experiência capixaba evidencia que, mesmo em ambientes marcados por desafios estruturais profundos, é possível alcançar avanços significativos por meio de políticas públicas bem desenhadas, sustentadas em evidências e comprometidas com a proteção da vida.



Número de vidas salvas por município, ano e nível de confiança

Município	Ano			Total de vidas poupadas (nível de confiança 95%)	Total de vidas poupadas (nível de confiança 90%)
	2020	2021	2022		
Aracruz	11,7	5,49	14,8	26,5	32
Cachoeiro de Itapemirim	28,1	19,2	38,5	66,6	85,8
Cariacica	107	41,5	90,2	197,2	239
Colatina	19,5	11,0	32,8	52,3	63,3
Guarapari	22,1	8,9	19,7	41,8	50,8
Linhares	56,6	29,1	56,6	113,2	142
Serra	133	62,4	160	293	355,4
São Mateus	31,3	28,4	47,6	78,9	107,3
Vila Velha	94,5	49,4	143	237,5	286,9
Vitória	85,4	20,1	102	187,4	237,5
Total por ano	589,2	305,5	705,2	1294,4	1599,9

Os resultados reforçam a relevância de estratégias integradas que superem a dicotomia entre repressão e prevenção criminal, articulando inteligência policial, tecnologia e integração das forças de segurança a políticas sociais e econômicas voltadas ao fortalecimento da cidadania, à geração de capital humano e à ampliação das oportunidades

de emprego e renda em regiões mais vulneráveis. Nesse contexto, a governança orientada por resultados, a liderança estratégica no mais alto nível do Executivo estadual e a articulação eficiente entre os níveis estratégico, tático e operacional mostram-se fatores decisivos para o êxito de políticas integradas de segurança cidadã.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação 2025 | Decreto 5993-R/2025



PESQUISA: IMPACTO DO PROGRAMA ESTADO PRESENTE NA TAXA DE HOMICÍDIOS DO ESPÍRITO SANTO: UMA AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Órgão finalístico: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP)
Área temática (PPA): Segurança Pública, Justiça e Proteção Social
Metodologia de pesquisa: Avaliação de Impacto

Início da pesquisa: Outubro/2024
Finalização (previsão): Março/2026
Coordenador da pesquisa e equipe: Sérgio Krakowiak (IJSN). 1 pesquisador.

A POLÍTICA

O Programa Estado Presente é uma política transversal implementada em 2011 e voltada à redução da criminalidade violenta, em especial os crimes letais. É fundamentado no conceito de "Segurança Cidadã" e adota uma abordagem integrada em dois eixos: proteção policial e proteção social. O eixo de proteção policial promove repressão qualificada ao crime, tendo como princípio orientador a preservação da vida, enquanto o eixo de proteção social reconhece a violência como fenômeno multicausal, enfrentando-a por iniciativas educacionais, de esporte, cultura, qualificação profissional e empreendedorismo.

- Elaboração e publicação de artigos científicos em congressos nacionais e internacionais).
- Realização de entrevistas em Podcast.
- Apoio na construção do roteiro do documentário sobre o Programa Estado Presente (TVE).
- Captura e editoração do documentário sobre o IJSN/SiMAPP.

Atividades em Andamento e Previstas

- Lançamento do documentário sobre o Programa Estado Presente.
- Lançamento do documentário sobre o IJSN/SiMAPP.

A PESQUISA

A pesquisa é estruturada por abordagem quantitativa e qualitativa. A primeira estimou o impacto do Programa sobre a taxa de homicídios no Espírito Santo por meio de métodos econométricos. A abordagem combina os métodos de Pareamento por Escore de Propensão Ponderado com Diferença em Diferenças (DiD) aplicado a dados em painel, implementada com o pacote PanelMatch, na linguagem R. A segunda buscou apresentar as dimensões qualitativa sob as quais o Programa é estruturado, desenvolvendo um podcast com seis episódios com entrevistas de figuras-chave da política. O projeto também prevê a elaboração de dois documentários: um sobre o Programa, desenvolvido junto à TVE; e outro sobre o SiMAPP, no qual esta pesquisa é apresentada como um caso emblemático.

Atividades Concluídas

- Revisão de literatura, com coleta e tratamento de dados.
- Programação de scripts em R.
- Análise de dados e de estatísticas descritivas.
- Estimação dos modelos econométricos.

Principal resultado quantitativo

- 1.294 A 1.600 vidas salvas (2019-2022);
- Os municípios com maior número de vidas salvas foram Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória, que juntos respondem por aproximadamente 70% do total de vidas poupadas.

Podcast Estado Presente

1. O DNA do Estado Presente;
2. A segurança pública e o enfrentamento à violência;
3. Educação e qualificação profissional no combate aos homicídios;
4. Direitos humanos, proteção social e construção de cidadania;
5. Estratégias de atenção às drogas e o combate aos homicídios;
6. Inteligência e tecnologia na preservação de vidas.



Foto: SESPORT

Monitoramento de Políticas Públicas Esportivas e Planejamento Estratégico no Contexto da Lei Geral do Esporte

A pesquisa é fruto da parceria entre a Secretaria de Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo (SESPORT), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Nilton Possati de Jesus (IJSN) e conta com mais 7 pesquisadores bolsistas na equipe.

Caracterização da política

O Plano Estadual do Esporte e Lazer do Espírito Santo configura-se como instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.597/2023 intitulada Lei Geral do Esporte (LGE). A política orienta a organização, o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas do Esporte e Lazer (PPEL) no Estado, com horizonte decenal, alinhando ações governamentais, participação social e mecanismos de governança.

O Plano estrutura-se a partir dos três eixos centrais definidos pela LGE – Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida, Excelência Esportiva e a criação do quarto eixo, Gestão Intersetorial – incorporando metas, objetivos, projetos e indicadores capazes de orientar a atuação estatal, fortalecer a coordenação interinstitucional e qualificar a tomada de decisão no âmbito do Esporte e do Lazer.

Sendo um planejamento estratégico de longo prazo, 10 anos, com previsão de revisitação periódica decenal do Esporte e Lazer, alinhado à LGE e às especificidades do Espírito Santo.

Panorama da pesquisa

A pesquisa foi estruturada a partir das demandas informacionais estabelecidas pela LGE e dos eixos estratégicos definidos para o Plano Estadual do Esporte e Lazer.

O projeto foi elaborado e aprovado no âmbito da

FAPES, permitindo o desenvolvimento das atividades ao longo do Ciclo 2025, com abordagem multidisciplinar e integração entre pesquisa aplicada, participação social e planejamento governamental.

A equipe de pesquisa foi composta por profissionais de diferentes áreas de expertise, possibilitando a análise integrada das PPEL. Como etapa central da metodologia, foram realizadas Escutas Ativas com atores institucionais e sociais vinculados ao Esporte e ao Lazer em todas as regiões do Estado do Espírito Santo, por meio de oficinas regionais e encontros temáticos.

As oficinas regionais abrangeram todas as microrregiões do Estado, enquanto os encontros dirigidos, realizados na SESPORT, aprofundaram os debates específicos relacionados aos eixos da Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida e Excelência Esportiva. Essas atividades permitiram a incorporação de contribuições qualificadas de gestores, profissionais, representantes institucionais e da sociedade civil. A partir das Escutas Ativas e das reuniões técnicas da equipe multidisciplinar, o Plano foi estruturado qualitativamente,

com revisão de políticas públicas existentes, definição de novas metas estratégicas, proposição de projetos e construção de indicadores de monitoramento e avaliação. O processo resultou em um instrumento de planejamento com identidade própria, alinhado à LGE e às especificidades territoriais e institucionais do Espírito Santo, posicionando o Estado entre os pioneiros na elaboração de Planos Estaduais entre os Estados da União.

Portanto, as Escutas Ativas regionais e temáticas foram essenciais, pois fundamentaram a construção participativa do Plano Estadual do Esporte e Lazer, alinhado à LGE, dando uma roupagem altamente específica ao Plano.

Por intermédio das oficinas nas microrregiões do estado e dos encontros dirigidos, pode-se fazer um diagnóstico situacional do Esporte e Lazer no estado, por meio do qual os entes públicos podem organizar, planejar e estabelecer metas de priorização, a fim de executar, monitorar e corrigir políticas públicas de forma contínua e baseada em evidências. Direcionando, os próximos passos das ações a serem feitas, a fim de sanar as lacunas do Esporte e Lazer no Estado.



Foto: SESPORT

CRONOGRAMA

2025

- Consolidação Metodológica e Planejamento Estratégico;
- Sistematização das contribuições de oficinas regionais e do diagnóstico situacional do Esporte e Lazer no Estado;
- Realização de workshops temáticos na SESPORT;
- Definição de metas estratégicas, projetos e indicadores;
- Estruturação do eixo adicional de Gestão Intersetorial;
- Consolidação da proposta de governança e do modelo de monitoramento;

2026

- Implementação do monitoramento e normatização;
- Encaminhamento do Plano ao Poder Legislativo Estadual;
- Regulamentação do modelo de governança;
- Estruturação do Observatório Estadual do Esporte e Lazer;
- Primeira rodada oficial de monitoramento dos indicadores.

O cronograma evidencia a transição da fase diagnóstica para a institucionalização do Sistema de Monitoramento e Avaliação das PPEL, as-

segurando continuidade técnica e alinhamento às exigências da LGE.

Resultados parciais

O Plano foi estruturado com base nos três eixos definidos pela LGE – Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida e Excelência Esportiva – incorporando um quarto eixo denominado Gestão Intersetorial, voltado à articulação do Esporte e Lazer com outras Políticas Públicas Estratégicas.

Como resultado do processo de planejamento, foram definidas 72 metas estratégicas, 63 projetos e 189 indicadores de monitoramento e avaliação, organizados de forma integrada e alinhados às diretrizes da LGE.

Também foi proposta a reestruturação da Governança Estadual do setor, com fortalecimento da Comissão Estadual do Esporte e Lazer (CEEL) e criação de instâncias complementares, incluindo Grupos de Trabalho Temáticos e o Observatório Estadual do Esporte e Lazer.

O Plano seguirá para processo de normatização legislativa em 2026, consolidando o Esporte e Lazer como política de Estado e instituindo formalmente o sistema de monitoramento.

72 metas estratégicas

63 Projetos

189 Indicadores



Foto: SESPORT

PESQUISA: MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO CONTEXTO DA LEI GERAL DO ESPORTE

Órgão finalístico: Secretaria de Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo (SESPORT)
Área temática (PPA): Cultura, Esporte e Lazer
Metodologia de pesquisa: Monitoramento

Início da pesquisa: Janeiro/2025

Finalização (previsão): Setembro/2026

Coordenador da pesquisa e equipe: Nilton Possati de Jesus (IJSN). 7 pesquisadores.

A POLÍTICA

O Plano Estadual do Esporte e Lazer do Espírito Santo configura-se como instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023). A política orienta a organização, o monitoramento e a avaliação das Políticas Públicas do Esporte e Lazer (PPEL) no Estado, com horizonte decenal, alinhando ações governamentais, participação social e mecanismos de governança. O Plano estrutura-se a partir dos três eixos centrais definidos pela LGE – Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida, Excelência Esportiva e a criação do quarto eixo, Gestão Intersetorial.

- Encontro dirigido para Formação Esportiva, Esporte para Toda a Vida e Excelência Esportiva.

Atividades em Andamento e Previstas

- Encaminhamento do Plano ao Poder Legislativo Estadual;
- Regulamentação do modelo de governança;
- Estruturação do Observatório Estadual do Esporte e Lazer;
- Primeira rodada oficial de monitoramento dos indicadores.

A PESQUISA

A pesquisa foi estruturada a partir das demandas informacionais estabelecidas pela LGE e dos eixos estratégicos definidos para o Plano Estadual do Esporte e Lazer, respondendo à exigência legal, que concede prazo de dois anos para a elaboração dos planos estaduais. Assim, contribui para a institucionalização do planejamento, do monitoramento e da avaliação das PPEL no Espírito Santo. O projeto é estruturado com abordagem multidisciplinar e integração entre pesquisa aplicada, participação social e planejamento governamental, tendo como foco a elaboração do plano estratégico para as PPEL e de um plano de monitoramento para as mesmas políticas.

Atividades Concluídas

- Encontros presenciais nas microrregiões do estado do Espírito Santo;
- Workshop de fundamentação do Plano Estratégico;

O processo de planejamento estratégico resultou na consolidação de um conjunto estruturado de produtos para o fortalecimento das PPEL no Estado.

Foram definidas **72 metas estratégicas, 63 projetos e 189 indicadores de monitoramento e avaliação**, organizados de forma integrada aos eixos da LGE.

A aprovação legislativa do Plano, pela Assembleia do Espírito Santo, consolidará o Esporte e o Lazer como políticas de Estado, garantindo maior estabilidade normativa, previsibilidade das ações e respaldo jurídico para os mecanismos de governança, monitoramento e avaliação previstos no presente Plano.

Considerações Finais

O presente relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP) desenvolvidas durante o ciclo avaliativo de 2025, um esforço contínuo para qualificar a gestão governamental. O escopo do trabalho abrange frentes diversas e complementares: descreve-se o andamento das seis pesquisas avaliativas presentes no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2025 (Decreto 5993-R/2025); detalham-se as ações de acompanhamento e apresentação de resultados, que configuram a prestação de contas à sociedade e aos gestores de políticas públicas; evidencia-se o fortalecimento da cooperação institucional, por meio da consolidação de uma rede de parceiros dentro e fora do estado; e, por fim, apresentam-se as iniciativas de incidência, focadas na replicabilidade e na difusão do conhecimento gerado.

O conjunto dessas ações demonstra que a implementação e a consolidação do SiMAPP constituem um avanço substancial e estruturante para a administração pública estadual. Ao prover dados consistentes, análises aprofundadas e subsídios técnicos para a tomada de decisão, o sistema fortalece a capacidade dos organismos gestores de diagnosticar desafios na implementação das políticas, permitindo o aprimoramento de estratégias para o alcance dos resultados pretendidos.

Adicionalmente, o SiMAPP fomenta a articulação

entre os múltiplos atores que compõem sua estrutura de governança, uma integração essencial para os processos de acompanhamento, revisão e ajuste operacional. Consolida-se, portanto, como uma ferramenta indispensável para uma gestão pública mais eficiente, colaborativa e orientada por evidências, reafirmando o compromisso com a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas em benefício da sociedade capixaba.

Informações complementares sobre as pesquisas e metodologias do sistema encontram-se disponíveis no portal do IJSN.



Guia para avaliar e monitorar políticas públicas



Página do SiMAPP

Referências

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2007.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2010.

_____. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305/2010. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2010.

_____. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2020.

_____. Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2022.

_____. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte (LGE). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2023.

_____. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Resolução nº 187, de 2024. Estabelece normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico. Brasília, DF, 2024.

_____. Lei nº 9.264, de 2009. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Diário Oficial do Estado: Vitória, ES, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 9.531, de 15 de setembro de 2010. Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 15 set. 2010.

_____. Lei Complementar nº 827, de 30 de junho de 2016. Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP). Diário Oficial do Estado: Vitória, ES, 2016.

_____. Lei nº 10.744, de 05 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>>. Acesso em: 12 set. 2024.

_____. Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 25 nov. 2019.

_____. Instrução de Serviço nº 38, de 2021: Criação dos Grupos. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: <<https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/SIMMAP/atos-normativos/Instrucao-de-servico-n38-de-2021-criacao-dos-grupos.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. Lei nº 1.057, de 2023. Altera a Lei Complementar nº 827/2016, referente à Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP). Diário Oficial do Estado: Vitória, ES, 2023.

_____. Decreto nº 5.993-R, de 31 de março de 2025. Dispõe sobre o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Diário Oficial dos Poderes do Estado, Vitória, ES, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/SIMMAP/atos-normativos/Decreto%205993-R%20de%202025%20-%20Plano%20Estadual%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

DE PAULA, K. C.; LIRA, P. S.; DEMURA, K. D.; RABELLO, E. O pioneirismo do estado do Espírito Santo no monitoramento e avaliação de políticas públicas entre os estados brasileiros. In: LIMA, G. L.; PORTELA, A. Avaliar para Transformar: Consolidação dos sistemas de avaliação de políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora, 2025. p.62-86.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Guia para avaliar políticas públicas: a política é nova? Avaliação ex ante! Vitória, ES: IJSN, 2018. v. 1. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-01.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-01.pdf). Acesso em: mar. 2025.

_____. Guia para avaliar políticas públicas: como monitorar uma política pública? Vitória, ES: IJSN, 2018. v. 2. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-02.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-02.pdf). Acesso em: mar. 2025.

_____. Guia para avaliar políticas públicas: avaliação ao alcance de todos – análise executiva. Vitória, ES: IJSN, 2018. v. 3. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-03-1.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-03-1.pdf). Acesso em: mar. 2025.

_____. Guia para avaliar políticas públicas: e quando a política está em andamento? Avaliação ex post! Vitória, ES: IJSN, 2018. v. 4. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-04.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-04.pdf). Acesso em: mar. 2025.

SANTOS, A. do C.; BORGES, L. da M. S. Avaliação executiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo – SiMAPP. 2024. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2024.

